

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**nº 90002/2026**

**CONTRATANTE (Unidade Gestora – UG: 928561)**

AUTARQUIA GESTORA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI - NITPREV

**OBJETO**

Aquisição de material de TIC, acessórios audiovisuais/apoio e periféricos de uso comum, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 67.384,94**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 09/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço lote

**MODO DE DISPUTA:**

aberto

## **MINUTA-PADRÃO**

AUTARQUIA GESTORA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI - NITPREV

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

(Processo Administrativo nº 9900178553/2025)

Torna-se público que a Autarquia Gestora da Previdência Social do Município de Niterói, por meio do Departamento de Compras, sediado na Rua da Conceição nº 195, Centro de Niterói - RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 14.730, de 13 de fevereiro de 2023 e do Decreto Municipal nº 588, de 17 de dezembro de 2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no dia 09/07/2026.

#### **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de material de TIC, acessórios audiovisuais/apoio e periféricos de uso comum conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em lotes/grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) no sistema de compras do governo federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 2.1.2.O procedimento será divulgado no sítio eletrônico mencionado no item 2.1 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Para os lotes 1, 2 e 3 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.5.1.A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.7. A obtenção dos benefícios a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.7.1 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.
- 2.8. **Não** poderão disputar esta licitação:
- 2.8.1.aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;
- 2.8.9. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.15. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12 deste Edital.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 3.9.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.9.2.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1.valor total do lote, incluindo o preço unitário dos itens constante do lote;
- 4.1.2.Marca;
- 4.1.3.Fabricante;
- 4.1.4.Quantidade cotada
- 4.1.5 **Descrição do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.**

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.1. O prazo de validade**

4.8.2. da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.3. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.4. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.2.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo **menos 5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.19.2.2. empresas brasileiras;
- 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

- 5.20.1.1. Estabilizador – R\$ 298,06
- 5.20.1.2. SSD 480GB – R\$ 328,08
- 5.20.1.3. Fonte ATX 240W – R\$ 139,50
- 5.20.1.4. Fonte ATX 550W – R\$ 353,95
- 5.20.1.5. Memória 4GB – R\$ 86,08
- 5.20.1.6. Memória 8GB – R\$ 131,68
- 5.20.1.7. Fusível – R\$ 3,99
- 5.20.1.8. Localizador e Testador de cabo – R\$ 122,89
- 5.20.1.9. Abraçadeira – R\$ 0,85
- 5.20.1.10. Tablet – R\$ 1.750,97
- 5.20.1.11. Notebook – R\$ 3.165,87
- 5.20.1.12. Mouse – R\$ 45,61
- 5.20.1.13. Teclado – R\$ 81,28
- 5.20.1.14. Roteador – R\$ 302,44
- 5.20.1.15. Filtro de linha – R\$ 61,69
- 5.20.1.16. Câmera Fotográfica e de Vídeo – R\$ 6.111,22
- 5.20.1.17. Microfone Lapela – R\$ 776,51
- 5.20.1.18. Microfone de Mesa – R\$ 438,68
- 5.20.1.19. Kit de iluminação – R\$ 646,54
- 5.20.1.20. Tripé Reforçado – R\$ 421,00
- 5.20.1.21. Teleprompter – R\$ 3.707,35
- 5.20.1.22. Webcam – R\$ 415,11

5.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.22. Não é admitida a utilização isolada do modo de disputa fechado, visto que se trata do critério de julgamento de menor preço, conforme art. 56, §1º da Lei 14.133/2021

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- e) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União

- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.4 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

- 6.8.1.A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



## 7.2. Habilitação Jurídica

**7.2.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**7.2.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**7.2.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**7.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**7.2.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

**7.2.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**7.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**7.2.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**7.2.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 7.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.3.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3.9. Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preço, caso se sagre vencedora na licitação.

7.3.10. Caso a documentação apresentada pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

7.3.11. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

7.3.12. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação de sanção, nos termos dos arts. 155, IV e 156, II, III, §4º e §7º, da Lei Federal nº 14.133/21.

## 7.4. Qualificação Técnica

7.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será verificada pelo pregoeiro por meio do registro cadastral no SICAF, quanto aos documentos por este abrangidos.

7.5.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, exceto se o pregoeiro, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.5.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inabilitação.

7.5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.6. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7. O pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.8. Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

7.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.

7.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.11.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.12. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, cujo valor estimado da contratação não supere o limite do disposto na alínea "c" do inciso IV do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, somente será exigida:

- a) das pessoas jurídicas, a comprovação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal estadual, à Seguridade Social e ao FGTS e a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
- b) das pessoas físicas, a comprovação da regularidade fiscal com a Fazenda Municipal.

7.13. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.14. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.15.1. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

7.15.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.15. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

- 7.16. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.17. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.18. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.19. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.19.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.20. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.20.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.21. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.21.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 1 (um) dia, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.21.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no §1º do art. 36 e no §1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.
- 7.22. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 7.22.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.22.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64) a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.23.1. Para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.24. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.25. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.24.1.
- 7.26. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.27. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2.o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4.na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.niteroiprev.niteroi.rj.gov.br](http://www.niteroiprev.niteroi.rj.gov.br)

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1.deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2.Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 9.2.1. advertência;
  - 9.2.2. multa;
  - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto



- 9.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1.Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 9.4.2.Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante

ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [compras@nitprev.niteroi.rj.gov.br](mailto:compras@nitprev.niteroi.rj.gov.br), mediante confirmação de recebimento.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 11. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Após a homologação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.

11.4. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso 11.4.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o

primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [compras@nitprev.niteroi.rj.gov.br](mailto:compras@nitprev.niteroi.rj.gov.br)
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
  - 12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
  - 12.11.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar
  - 12.11.4. ANEXO IV – Documentação exigida para Habilitação
  - 12.11.5. ANEXO V – Orçamento estimado
  - 12.11.6. ANEXO VI – Modelo de apresentação da proposta

Niterói, 23 de junho de 2026.

**HEITOR PEREIRA MOREIRA**

Presidente da Niterói Prev



PREFEITURA DE  
**niterói**  
TEMPO DE AVANÇAR

NITPREV

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS  
NITERÓI PREV**

(Processo Administrativo nº 9900178553/2025)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de material de tic, acessórios audiovisuais/apoio e periféricos de uso comum, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM   | ESPECIFICAÇÃO  | CATMAT | UNIDADE<br>E DE<br>MEDIDA | QUAN<br>T. | VALOR<br>UNITÁRI<br>O | VALOR<br>TOTAL |
|--|--|--------|---------------------------|------------|-----------------------|----------------|
| <b>LOTE 01 – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE TIC</b> |  |        |                           |            |                       |                |
| 1  | Aparelho Testador de Cabos RJ45/RJ11, Conectores RJ45 e RJ11 no próprio aparelho (sem adaptadores extras obrigatórios); Fonte simples de alimentação, normalmente bateria 9 V comum, e indicador de bateria fraca; Módulo remoto destacável ou base + remoto para testar cabos montados entre pontos distantes; Suporte a cabos UTP/STP e categorias usuais. | 622299 | Unidade                   | 1          | R\$ 122,89            | R\$ 122,89     |
| 2  | Unidade de Armazenamento SSD Interno 480GB; Entrada 2.5" SATA Rev. 3.0 (6Gb/s); Certificados: FCC e CE.  | 626902 | Unidade                   | 12         | R\$ 328,08            | R\$ 3.936,96   |
| 3  | Fonte ATX 550W Real; AC INPUT 100V ~ 240V; Certificação: 80 Plus GOLD, Certificado CE.   | 336833 | Unidade                   | 2          | R\$ 353,95            | R\$ 707,90     |
| 4  | Fonte ATX 240W Real; AC INPUT 100V ~ 240V; Certificação: 80 Plus GOLD, Certificado CE.   | 614604 | Unidade                   | 2          | R\$ 139,50            | R\$ 279,00     |
| 5  | Memória 4GB DDR3; Frequência: 1600MHz; Formato DIMM; Certificados: CE e FCC.   | 439152 | Unidade                   | 12         | R\$ 86,08             | R\$ 1.032,96   |
| 6  | Memória 8GB DDR3; Frequência: 1600MHz; Formato DIMM; Certificados: CE e FCC.   | 434678 | Unidade                   | 20         | R\$ 131,68            | R\$ 2.633,60   |
| 7  | Tablet; Especificações mínimas: Selo de homologação da ANATEL; Tela  | 478996 | Unidade                   | 8          | R\$ 1.750,97          | R\$ 14.007,76  |

Assinado eletronicamente por HEITOR PEREIRA MOREIRA. Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/621131d2-227a-47cd-b01d-e5f5915d9c94>.

|   |  |        |         |   |              |              |
|---|--|--------|---------|---|--------------|--------------|
|   | com tamanho mínimo: 10" polegadas; Resolução: WUXGA+ (1920 x 1200) ou superior; Brilho: Visível sob luz solar (ideal para uso externo); Proteção: Gorilla Glass ou equivalente contra arranhões e quedas; Processador: Octa-core (mínimo 2.0 GHz); Memória RAM: 4 GB (mínimo); Armazenamento: 64 GB, expansível via microSD até 512 GB; Bateria com capacidade mínima de 6.000 mAh e autonomia de 10 a 15 horas de uso contínuo; Sistema Operacional Android; Conectividade Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac; Bluetooth: 5.0 ou superior; Rede móvel: 4G e/ou 5G. Case e caneta compatíveis com o tablet, que sejam do mesmo fabricante ou homologados.  |        |         |   |              |              |
| 8 | Notebook; Especificações mínimas: Processador: arquitetura de 64 bits com suporte a virtualização e segurança baseada em hardware, mínimo de 8 núcleos físicos, frequência base de pelo menos 2.0 GHz, cache L3 de pelo menos 12 MB; Memória RAM 8 GB DDR4 expansível até 32 GB; Armazenamento mínimo: SSD de 480 GB com interface M.2 com velocidade recomendada: Leitura de 500 MB/s e escrita de 700 MB/s; Tela tamanho: 14" ou 15.6" polegadas com resolução Full HD; Conectividade - Portas: Pelo menos 3 USB (incluindo 2 USB 3.0), HDMI, RJ-45 (rede cabeada), leitor de cartões SD; Rede sem fio: Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac e Bluetooth 4.0 ou superior; Segurança e gerenciamento Recomendado: TPM (Trusted Platform Module), BIOS com proteção; Sistema Operacional Windows 11 Pro; Bateria e construção: autonomia de no mínimo de 6 horas de uso contínuo; Construção: Estrutura resistente, teclado padrão ABNT2 e webcam com HDR para videoconferências. | 630109 | Unidade | 3 | R\$ 3.165,87 | R\$ 9.497,61 |
| 9 | Roteador; Especificações mínimas: Padrões IEEE 802.11ac/n/a 5 GHz e IEEE 802.11n/b/g 2.4 GHz; Velocidade de WiFi mínima: 5 GHz: 433 Mbps (802.11ac) e 2.4 GHz: 300 Mbps (802.11n); WiFi Dual-Band; Modos de Operação: roteador, modo de ponto de acesso e modo extensor de alcance; segurança de rede: SPI Firewall, Access Control,   | 614914 | Unidade | 5 | R\$ 302,44   | R\$ 1.512,20 |

Assinado eletronicamente por HEITOR PEREIRA MOREIRA.  
 Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/621131d2-227a-47cd-b01d-e5f5915d9c94>.



|   |  |        |         |   |              |              |
|---|--|--------|---------|---|--------------|--------------|
|   | IP & MAC Binding, Application Layer Gateway.   |        |         |   |              |              |
| <b>LOTE 02 – EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS AUDIOVISUAIS/APOIO</b> |  |        |         |   |              |              |
| <b>10</b>   | Filtro de linha; com 2 metros de extensão; 4 Tomadas de 3 pinos; Presença de fusível; Certificados: FCC e CE.  | 394695 | Unidade | 3 | R\$ 61,69    | R\$ 185,07   |
| <b>11</b>   | Teleprompter profissional; com vidro semirrefletivo (beam splitter) com área útil igual ou superior a 19 polegadas, com ajuste de inclinação; monitor LED/LCD de 18,5 polegadas, com entrada HDMI; estrutura com pintura eletrostática, dotada de base estabilizadora e sistema de elevação/ajuste de altura para câmera, devendo os componentes apresentarem compatibilidade dimensional entre si, de modo a garantir a plena visualização do conteúdo refletido. | 453649 | Unidade | 1 | R\$ 3.707,35 | R\$ 3.707,35 |
| <b>12</b>   | Câmera fotográfica e de vídeo; câmera fotográfica e de vídeo profissional com capacidade alta resolução, gravação em 4K e conexão direta a computador – para vídeos e fotos institucionais, de eventos e reuniões. Tamanho da tela 3 polegadas LCD, resolução de imagem da câmera 24,2 Mpx; bateria Íon-lítio; sensor óptico do tipo CMOS.   | 621512 | Unidade | 1 | R\$ 6.111,22 | R\$ 6.111,22 |
| <b>13</b>   | Microfone de mesa; microfone do tipo condensador USB de alta qualidade. Padrão polar: cardioide. Resposta de frequência: 20 Hz a 20 kHz.   | 270536 | Unidade | 1 | R\$ 438,68   | R\$ 438,68   |
| <b>14</b>   | Microfone lapela sem fio de alta qualidade. Conversão digital de alta resolução: 48 kHz/ 24 bits, garantindo captura detalhada e fiel de cada nuance do som. Resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz. Padrão polar: omnidirecional. Relação sinal-ruído (SNR): 65-70 dB. Nível máximo de pressão sonora (SPL): 120 dB SPL.  | 635694 | Unidade | 2 | R\$ 776,51   | R\$ 1.553,02 |
| <b>15</b>   | Kit de iluminação duplo softbox 50x70cm com tripé para filmagens e fotos.  | 613731 | Unidade | 1 | R\$ 646,54   | R\$ 646,54   |

|   |   |        |         |     |            |               |
|---|---|--------|---------|-----|------------|---------------|
| 16  | Tripé reforçado - para estabilização da câmera e celular; pernas ajustáveis em 3 ou 4 seções e um eixo central de ajuste livre; altura ajustável, com alcance aproximado entre 60 cm e 180 cm, compatível com uso em diferentes níveis de enquadramento, desde posições baixas até altura compatível com posição ereta do operador; cabeça com sistema de fixação compatível com padrão universal (rosca 1/4" ou equivalente); possibilidade de ajuste de inclinação e rotação, permitindo enquadramento em posição horizontal (rotação de até 360°) e vertical (inclinação de 90° ou equivalente). | 600392 | Unidade | 1   | R\$ 421,00 | R\$ 421,00    |
| 17  | Webcams com microfone embutido, hd (1080p) /30fps no mínimo; tecnologia do sensor fotográfico CMOS.   | 620108 | Unidade | 30  | R\$ 415,11 | R\$ 12.453,30 |
| 18  | Abraçadeira Organizador de Cabos e Fios Presilha Com Crepe 15cm Fixador Reutilizável (unidade) - Material resistente (nylon 6/6.6 ou velcro reforçado) com boa resistência a tração, vibração e temperatura ambiente típica de escritório/CTI; capacidade de amarrar cabos de alimentação, rede, USB e periféricos sem cortar ou danificar o isolamento.  | 427044 | Unidade | 300 | R\$ 0,85   | R\$ 255,00    |
| 19  | Fusível para estabilizador; fusível de vidro 10 Amperes; 110V 220V.   | 328323 | Unidade | 100 | R\$ 3,99   | R\$ 399,00    |
| 20  | Estabilizador 700VA com entrada bivolt e saída 115V (+/- 10V), mínimo de 4 tomadas de saída; Certificação INMETRO.  | 631143 | Unidade | 20  | R\$ 298,06 | R\$ 5.961,20  |
| <b>LOTE 03 - PERIFÉRICOS DE USO COMUM</b> |   |        |         |     |            |               |
| 21  | Mouse USB; Interface USB; mínimo de 2 botões; botão de rolagem; resolução mínima de 800 DPI; Certificados: FCC e CE.  | 457752 | Unidade | 12  | R\$ 45,61  | R\$ 547,32    |
| 22  | Teclado USB padrão ABNT2; Teclado USB padrão brasileiro (ABNT2); Teclas: Mínimo de 105 teclas, incluindo a tecla "Ç" e teclado numérico; Conexão: USB, com suporte para plug & play; Compatibilidade com Windows e Linux, além de outros sistemas operacionais; pés de  | 451817 | Unidade | 12  | R\$ 81,28  | R\$ 975,36    |

Assinado eletronicamente por HEITOR PEREIRA MOREIRA.  
 Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/621131d2-227a-47cd-b01d-e5f5915d9c94>.

|              |  |  |  |  |               |  |
|--------------|--|--|--|--|---------------|--|
|              | apoio; comprimento do cabo de no mínimo 100cm; Certificados: FCC e CE. |  |  |  |               |  |
| <b>Total</b> |  |  |  |  | R\$ 67.384,94 |  |

- 1.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigos 174 e seguintes do Decreto nº 14.730/2023.
- 1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5 Sobre o atendimento ao princípio da padronização/ parcelamento. (Art. 40, V, da Lei 14133/21 c/c Art. 69 do Decreto Municipal nº 14.730/23): Não há, por parte da Administração, manual de padronização técnica no município, para aquisições em geral.
- 1.6 Quanto à referência ao catálogo eletrônico de padronização ou justificativa para sua não utilização. (Art. 19, §2º e art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/21): Ainda não foi elaborado o Catálogo de Padronização do município, mas segundo o Art. 29 do Decreto Municipal nº 14.730/23, § 5º.

“Até que seja implementado o catálogo municipal de padronização mencionado no inciso II do parágrafo anterior, a Administração Municipal utilizará o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras da Administração Federal”.

Ao consultar o site do Governo Federal, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) na aba de Catálogo Eletrônico de Padronização é mencionado:

“O Catálogo Eletrônico de Padronização é uma ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos destinado a permitir a padronização de itens (bens e serviços) a serem Contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou de maior desconto, bem como nas contratações diretas de que tratam os incisos I do art. 74 e os incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, ainda, tem o seu procedimento de padronização definido no art. 5º do Portaria Seges/ME nº 938, de 2022, o qual é constituído das seguintes etapas”

Neste caso, a contratação fundamenta-se no artigo 28, inciso I e artigo 29 da Lei nº 14.133/2021, considerando que a natureza desta contratação está direcionada à aquisição de material de tic e audiovisual. É importante destacar que essa contratação visa suprir uma demanda específica, para a qual não existe um catálogo previamente elaborado que abranja de forma direta o objeto em questão. Dessa forma, a aplicação de um catálogo pré-definido

não se aplica à hipótese de aquisição de itens de tic, acessórios audiovisuais/apoio e periféricos de uso comum, tornando necessário o procedimento previsto no artigo mencionado. Assim, justifica-se a escolha desse dispositivo legal para assegurar agilidade e eficácia na satisfação das necessidades da Administração Pública.

- 1.7 O Contratado deverá assinar o instrumento contratual no prazo de 5 dias úteis, contado da convocação da Administração, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, nos termos do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Eficiência Energética: Serão priorizados equipamentos com certificações de baixo consumo (como ENERGY STAR), visando reduzir o impacto ambiental e os custos operacionais.
- 4.1.2. Logística Reversa e Descarte: Os componentes substituídos (HDs mecânicos, memórias obsoletas e fontes queimadas) e as embalagens serão destinados à CLIN (Companhia de Limpeza de Niterói).
- 4.1.3. Parceria Institucional: A Niterói Prev mantém contato direto com a CLIN para assegurar que o descarte de resíduos eletrônicos siga rigorosamente as normas ambientais municipais, evitando danos ao ecossistema local.

### **Subcontratação**

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do envio da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua da Conceição, nº 195, 5º andar, Centro, Niterói, RJ, CEP.: 24.020-086. Obs.: O prédio não possui elevador.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. Para os itens de menor complexidade eletrônica e menor suscetibilidade à ocorrência de falhas prematuras de funcionamento, quais sejam: estabilizador, fontes, memórias, unidade de armazenamento ssd, aparelho localizador e testador de cabos, roteador, tripé, microfones, kit de iluminação, filtro de linha, abraçadeira, fusível, webcam, mouse e teclado, o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Os itens: notebook, tablet, câmera e teleprompter, em razão da maior complexidade eletrônica dos equipamentos, maior suscetibilidade a falhas de hardware e defeitos de fabricação durante o período inicial de utilização, bem como o maior impacto financeiro decorrente de eventual manutenção corretiva ou substituição do bem e a necessidade de assegurar a continuidade operacional das atividades institucionais, deverão possuir prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.5.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.5.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.5.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.5.5 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.5.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.5.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.5.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.5.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.5.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica (Art. 17, II, c/c Art. 21 do Decreto nº 14.730/23)**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apremadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa (Art. 17, III, c/c Art. 22 do Decreto nº 14.730/23)**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).



6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

6.9.2. Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação, com especial atenção para a regularidade trabalhista e previdenciária nos casos de obras e serviços com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

6.9.3. examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

6.9.4. atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9.5. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato;

6.9.6. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado;

6.9.7. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;

6.9.8. receber e conferir a nota fiscal emitida pela contratada, atestando a efetiva realização do objeto Contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;

6.9.9. nos casos de requerimento de revisão contratual, exigir a comprovação dos custos suportados pelo Contratado através de notas fiscais, realizando análise crítica da compatibilidade dos preços com a realidade de mercado constatada junto a outras fontes;

6.9.10. receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;



6.9.11. verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte da contratada, inclusive no que se refere à utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados da contratada, e, na hipótese de descumprimento, comunicar ao gestor para impulsionar o procedimento tendente à notificação da contratada para o cumprimento das normas trabalhistas e instauração de processo administrativo para aplicação de sanção administrativa, e;

6.9.12. certificar-se do correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato e, caso necessário, buscar auxílio junto os setores de contabilidade da Administração para a verificação dos cálculos apresentados, observando o disposto no art. 24 do Decreto 14.730/23.

#### **Gestor do Contrato (Art. 18 do Decreto 14.730/23)**

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos dos artigos 7º e 8º do Decreto nº 13.281/2019.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. O prazo de validade;

7.9.2. A data da emissão;

7.9.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

7.9.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. O valor a pagar; e

7.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inatendimento do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, para os contratos em geral, e 5 (cinco) dias úteis, para os contratos cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Art. 9º, do Decreto Municipal nº 13.281/2019.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

7.23. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

## Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

**8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**8.12. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

**8.13. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física;

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

8.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.23.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);



8.23.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.23.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 67.384,94 (sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima (cláusula 1.1).

## **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas na contratação;
- b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto da contratação, nas formas definidas no Termo de Referência, e no Estudo Técnico Preliminar;
- e) reter o imposto de renda na fonte, ao realizar o pagamento pela prestação do serviço, nos termos do art. 1º do Decreto Municipal nº 14.396 de 20 de maio de 2022.

## **11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

11.1. O licitante vencedor deverá realizar a assinatura do contrato em até cinco dias úteis, a contar da homologação da licitação.

11.2. Constituem obrigações do CONTRATADO:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora Contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho; d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indireta- mente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros;
- i) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento municipal.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Para os materiais permanentes, sendo estes: kit de iluminação, microfone de mesa, microfone de lapela, teleprompter, câmera, webcam, tripé, notebook, tablet e fonte ATX 550W real:

- I. Fonte de Recursos: 1802.50
- II. Programa de Trabalho: 2182.09.126.0145.6376
- III. Elemento de Despesa: 44.90.52

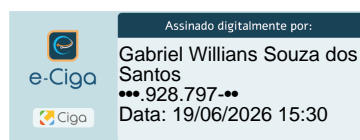
Para os materiais de consumo, sendo estes: unidade de armazenamento SSD interno, fonte ATX 240W real, memória 4GB DDR3, memória 8GB DDR3, aparelho localizador e testador de cabo RJ45 e RJ11, filtro de linha, abraçadeira organizadora de cabos e fios com presilha, roteador, estabilizador 700VA com entrada bivolt, fusível para estabilizador, mouse USB e teclado USB:



- I. Fonte de Recursos: 1802.50
- II. Programa de Trabalho: 2182.09.126.0145.6376
- III. Elemento de Despesa: 33.90.30

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

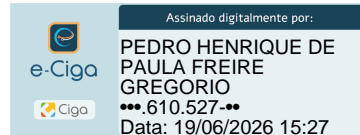
Niterói, 19 de junho de 2026.



**Gabriel Willians Souza dos Santos**

Técnico Previdenciário

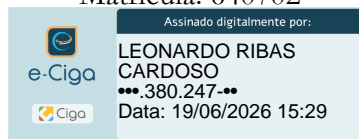
Matrícula: 640712



**Pedro Henrique de Paula Freire Gregório**

Técnico de Informática

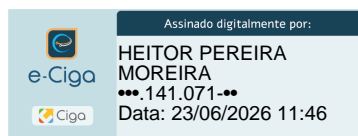
Matrícula: 640702



**Leonardo Ribas Cardoso**

Analista de Sistemas

Matrícula: 640705



**Heitor Pereira Moreira**

Presidente

Matrícula: 640664

## **ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

## MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

### AQUISIÇÕES

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

**Autarquia Gestora da Previdência Social do Município de Niterói – NitPrev**

(Processo Administrativo nº 9900178553/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A NITERÓI PREV E  
.....

A Autarquia Gestora da Previdência Social do Município de Niterói – NITERÓI PREV, com sede na Rua da Conceição, nº 195, na cidade de Niterói/Estado do Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.543.098/0001-42, neste ato representado(a) pelo presidente Sr. Heitor Pereira Moreira, portador da Matrícula Funcional nº 640664, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ....., (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 9900178553/2025 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 14.730, de 13 de fevereiro de 2023 e Decreto Municipal nº 588, de 17 de dezembro de 2025, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de Aquisição de material de tic, acessórios audiovisuais/apoio e periféricos de uso comum – lote 01, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CAT-MAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|---------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1    | Aparelho Testador de Cabos RJ45/RJ11, Conectores RJ45 e RJ11 no próprio aparelho (sem adaptadores extras obrigatórios); Fonte simples de alimentação, normalmente bateria 9 V comum, e indicador de bateria fraca; Módulo remoto destacável ou base + remoto para testar cabos montados entre pontos distantes; Suporte a cabos UTP/STP e categorias usuais. | 622299  | UNIDADE           | 1          | R\$            | R\$         |
| 2    | Unidade de Armazenamento SSD Interno 480GB; Entrada 2.5" SATA Rev. 3.0 (6Gb/s); Certificados: FCC e CE.  | 626902  | UNIDADE           | 12         | R\$            | R\$         |
| 3    | Fonte ATX 550W Real; AC INPUT 100V ~ 240V; Certificação: 80  | 336833  | UNIDADE           | 2          | R\$            | R\$         |

|   |  |        |         |    |     |     |
|---|--|--------|---------|----|-----|-----|
|   | Plus GOLD, Certificado CE.   |        |         |    |     |     |
| 4 | Fonte ATX 240W Real; AC INPUT 100V ~ 240V; Certificação: 80 Plus GOLD, Certificado CE.   | 614604 | UNIDADE | 2  | R\$ | R\$ |
| 5 | Memória 4GB DDR3; Frequência: 1600MHz; Formato DIMM; Certificados: CE e FCC.   | 439152 | UNIDADE | 12 | R\$ | R\$ |
| 6 | Memória 8GB DDR3; Frequência: 1600MHz; Formato DIMM; Certificados: CE e FCC.   | 434678 | UNIDADE | 20 | R\$ | R\$ |
| 7 | Tablet; Especificações mínimas: Selo de homologação da ANATEL; Tela com tamanho mínimo: 10" polegadas; Resolução: WUXGA+ (1920 x 1200) ou superior; Brilho: Visível sob luz solar (ideal para uso externo); Proteção: Gorilla Glass ou equivalente contra arranhões e quedas; Processador: Octa-core (mínimo 2.0 | 478996 | UNIDADE | 8  | R\$ | R\$ |

|   |  |        |         |   |     |     |
|---|--|--------|---------|---|-----|-----|
|   | GHz); Memória RAM: 4 GB (mínimo); Armazenamento: 64 GB, expansível via microSD até 512 GB; Bateria com capacidade mínima de 6.000 mAh e autonomia de 10 a 15 horas de uso contínuo; Sistema Operacional Android; Conectividade Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac; Bluetooth: 5.0 ou superior; Rede móvel: 4G e/ou 5G. Case e caneta compatíveis com o tablet, que sejam do mesmo fabricante ou homologados. |        |         |   |     |     |
| 8 | Notebook; Especificações mínimas: Processador: arquitetura de 64 bits com suporte a virtualização e segurança baseada em hardware, mínimo de 8 núcleos físicos, frequência base de pelo menos 2.0 GHz, cache L3 de pelo menos 12 MB; Memória RAM 8 GB DDR4 expansível até 32 GB;   | 630109 | UNIDADE | 3 | R\$ | R\$ |

|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
|  | <p>Armazenamento mínimo: SSD de 480 GB com interface M.2 com velocidade recomendada: Leitura de 500 MB/s e escrita de 700 MB/s; Tela tamanho: 14" ou 15.6" polegadas com resolução Full HD; Conectividade - Portas: Pelo menos 3 USB (incluindo 2 USB 3.0), HDMI, RJ-45 (rede cabeada), leitor de cartões SD; Rede sem fio: Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac e Bluetooth 4.0 ou superior; Segurança e gerenciamento Recomendado: TPM (Trusted Platform Module), BIOS com proteção; Sistema Operacional Windows 11 Pro; Bateria e construção: autonomia de no mínimo de 6 horas de uso contínuo; Construção: Estrutura resistente, teclado padrão ABNT2 e webcam com HDR para videoconferências.</p> |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|

|          |   |        |         |   |     |     |
|----------|---|--------|---------|---|-----|-----|
| <b>9</b> | Roteador; Especificações mínimas: Padrões IEEE 802.11ac/n/a 5 GHz e IEEE 802.11n/b/g 2.4 GHz; Velocidade de WiFi mínima: 5 GHz: 433 Mbps (802.11ac) e 2.4 GHz: 300 Mbps (802.11n); WiFi Dual-Band; Modos de Operação: roteador, modo de ponto de acesso e modo extensor de alcance; segurança de rede: SPI Firewall, Access Control, IP & MAC Binding, Application Layer Gateway. | 614914 | UNIDADE | 5 | R\$ | R\$ |
|----------|---|--------|---------|---|-----|-----|

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3. A Proposta do contratado; que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.5. Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111



da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

- 5.1. O valor total do Contrato é de R\$ ..... (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. Os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O CONTRATANTE deverá pagar ao CONTRATADO o valor total de R\$ ....., em parcela única, sendo efetuada diretamente na conta corrente nº ..... da agência ....., de titularidade do CONTRATADO, junto à instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, observando-se o disposto no item 5.3. deste Contrato.
- 6.2. No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de recusa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.

- 6.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.
- 6.4. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à Niterói Prev, situada na Rua da Conceição nº 195, Centro, no Município de Niterói ou para o endereço eletrônico [compras@nitprev.niteroi.rj.gov.br](mailto:compras@nitprev.niteroi.rj.gov.br)
- 6.5. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:
- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
  - b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação; e
  - c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.5.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.
- 6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.
- 6.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

6.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.2 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

6.10 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo CONTRATADO, ficando vedada a emissão de nota de empenho do CONTRATANTE diretamente aos subcontratados.

6.10.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo CONTRATADO.

6.11 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/05/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1 O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.5.1 Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.
- 7.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:
- a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;
  - b) a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.
- 7.9. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.10 extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.
- 7.11 reajuste será realizado por apostilamento.
- 7.12 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124 inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

- 8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Contrato e seus Anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.

8.1.5. Comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

8.1.8. Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1 O CONTRATANTE terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9 Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.

8.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO perante terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.11. O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do CONTRATADO e o CONTRATANTE.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com



cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

- 11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo **FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

12.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

12.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao **FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1 **Advertência**, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2 **Multa administrativa**, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor total do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o valor total do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o valor total do Contrato;

12.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

12.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3 **Impedimento de licitar e contratar**, prevista no art. 156, III, §4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

12.2.4 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, prevista no art. 156, IV, §5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

12.3.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

12.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 5% do valor do Contrato.

12.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, §1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

12.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;  
b) a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. 156, §6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

12.7 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, na forma do art. 156, §6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, **subsidiariamente, na Lei Municipal nº 3.048/2013.**

12.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo

prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

12.7.2 A defesa prévia do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** será exercida no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data da intimação;
- b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 12.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

12.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 12.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

12.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR.

12.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Município.

12.11.1 O **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do Município e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12.12 O **CONTRATANTE** deverá remeter para Controladoria Geral do Município – CGM, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói, bem como para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

12.13 Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

12.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

12.13.2 O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem as leis municipais, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria Fiscal deverá ser consultada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.



- 13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Para os materiais permanentes: Fonte ATX 550W, tablet e notebook:

Fonte de Recursos: 1802.50

Programa de Trabalho: 2182.09.126.0145.6376.

Elemento de Despesa: 44.90.52

Nota de Empenho:

Para os materiais de consumo: Aparelho localizador e testador de cabo RJ45 e RJ11, unidade de armazenamento SSD interno, Fonte ATX 240W, memória 4GB DDR3, memória 8GB DDR3 e roteador:

Fonte de Recursos: 1802.50

Programa de Trabalho: 2182.09.126.0145.6376

Elemento de Despesa: 33.90.30

Nota de Empenho:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011 e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 74, §1º do Decreto Municipal 14.730/2023.
  - 17.1.1. A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.2 O CONTRATANTE deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Niterói para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos de forma amigável, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, 19 de junho de 2026.

---

HEITOR PEREIRA MOREIRA  
Presidente da Niterói Prev

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

**1-**

**2-**



## MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

### AQUISIÇÕES

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

**Autarquia Gestora da Previdência Social do Município de Niterói – NitPrev**

(Processo Administrativo nº 9900178553/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A NITERÓI PREV E  
.....

A Autarquia Gestora da Previdência Social do Município de Niterói – NITERÓI PREV, com sede na Rua da Conceição, nº 195, na cidade de Niterói/Estado do Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.543.098/0001-42, neste ato representado(a) pelo presidente Sr. Heitor Pereira Moreira, portador da Matrícula Funcional nº 640664, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ....., (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 9900178553/2025 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 14.730, de 13 de fevereiro de 2023 e Decreto Municipal nº 588, de 17 de dezembro de 2025, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de Aquisição de material de tic, acessórios audiovisuais/apoio e periféricos de uso comum – lote 02, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 10   | Filtro de linha; com 2 metros de extensão; 4 Tomadas de 3 pinos; Presença de fusível; Certificados: FCC e CE.   | 394695 | UNIDADE           | 3          | R\$            | R\$         |
| 11   | Teleprompter profissional; com vidro semirrefletivo (beam splitter) com área útil igual ou superior a 19 polegadas, com ajuste de inclinação; monitor LED/LCD de 18,5 polegadas, com entrada HDMI; estrutura com pintura eletrostática, dotada de base estabilizadora e sistema de elevação/ajuste de altura para câmera, devendo os componentes apresentarem compatibilidade dimensional entre si, de modo a garantir a plena visuali- | 453649 | UNIDADE           | 1          | R\$            | R\$         |

|           |  |        |         |   |     |     |
|-----------|--|--------|---------|---|-----|-----|
|           | zação do conteúdo refletido.   |        |         |   |     |     |
| <b>12</b> | Câmera fotográfica e de vídeo; câmera fotográfica e de vídeo profissional com capacidade alta resolução, gravação em 4K e conexão direta a computador – para vídeos e fotos institucionais, de eventos e reuniões. Tamanho da tela 3 polegadas LCD, resolução de imagem da câmera 24,2 Mpx; bateria Íon-lítio; sensor óptico do tipo CMOS. | 621512 | UNIDADE | 1 | R\$ | R\$ |
| <b>13</b> | Microfone de mesa; microfone do tipo condensador USB de alta qualidade. Padrão polar: cardioide. Resposta de frequência: 20 Hz a 20 kHz.   | 270536 | UNIDADE | 1 | R\$ | R\$ |
| <b>14</b> | Microfone lapela sem fio de alta qualidade. Conversão digital de alta resolução: 48 kHz/ 24 bits, garantindo captura detalhada e fiel de cada  | 635694 | UNIDADE | 2 | R\$ | R\$ |

|           |  |        |         |   |     |     |
|-----------|--|--------|---------|---|-----|-----|
|           | nuance do som. Resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz. Padrão polar: omnidirecional. Relação sinal-ruído (SNR): 65-70 dB. Nível máximo de pressão sonora (SPL): 120 dB SPL.  |        |         |   |     |     |
| <b>15</b> | Kit de iluminação duplo softbox 50x70cm com tripé para filmagens e fotos.  | 613731 | UNIDADE | 1 | R\$ | R\$ |
| <b>16</b> | Tripé reforçado - para estabilização da câmera e celular; pernas ajustáveis em 3 ou 4 seções e um eixo central de ajuste livre; altura ajustável, com alcance aproximado entre 60 cm e 180 cm, compatível com uso em diferentes níveis de enquadramento, desde posições baixas até altura compatível com posição ereta do operador; cabeça com sistema de fixação compatível com padrão universal (rosca 1/4" ou equivalente); | 600392 | UNIDADE | 1 | R\$ | R\$ |



|           |  |        |         |     |     |     |
|-----------|--|--------|---------|-----|-----|-----|
|           | possibilidade de ajuste de inclinação e rotação, permitindo enquadramento em posição horizontal (rotação de até 360°) e vertical (inclinação de 90° ou equivalente).   |        |         |     |     |     |
| <b>17</b> | Webcams com microfone embutido, hd (1080p) /30fps no mínimo; tecnologia do sensor fotográfico CMOS.  | 620108 | UNIDADE | 30  | R\$ | R\$ |
| <b>18</b> | Abraçadeira Organizador de Cabos e Fios Presilha Com Crepe 15cm Fixador Reutilizável (unidade) – Material resistente (nylon 6/6.6 ou velcro reforçado) com boa resistência a tração, vibração e temperatura ambiente típica de escritório/CTI; capacidade de amarrar cabos de alimentação, rede, USB e periféricos sem cortar ou danificar o isolamento. | 427044 | UNIDADE | 300 | R\$ | R\$ |

|           |  |        |         |     |     |     |
|-----------|--|--------|---------|-----|-----|-----|
| <b>19</b> | Fusível para estabilizador; fusível de vidro 10 Amperes; 110V 220V.  | 328323 | UNIDADE | 100 | R\$ | R\$ |
| <b>20</b> | Estabilizador 700VA com entrada bivolt e saída 115V (+/- 10V), mínimo de 4 tomadas de saída; Certificação INMETRO. | 631143 | UNIDADE | 20  | R\$ | R\$ |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3. A Proposta do contratado; que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.5. Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

- 5.1. O valor total do Contrato é de R\$ ..... (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. Os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O CONTRATANTE deverá pagar ao CONTRATADO o valor total de R\$ ....., em parcela única, sendo efetuada diretamente na conta corrente nº ..... da agência ....., de titularidade do CONTRATADO, junto à instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, observando-se o disposto no item 5.3. deste Contrato.
- 6.2. No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de recusa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.
- 6.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

- 6.4. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à Niterói Prev, situada na Rua da Conceição nº 195, Centro, no Município de Niterói ou para o endereço eletrônico [compras@nitprev.niteroi.rj.gov.br](mailto:compras@nitprev.niteroi.rj.gov.br)
- 6.5. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:
- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
  - b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação; e
  - c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.5.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.
- 6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.
- 6.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.
- 6.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.2 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

6.10 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo CONTRATADO, ficando vedada a emissão de nota de empenho do CONTRANTE diretamente aos subcontratados.

6.10.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo CONTRATADO.

6.11 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/05/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1 O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

- 7.5.1 Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.
- 7.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:
- a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;
  - b) a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.
- 7.9. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.10 extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.
- 7.11 reajuste será realizado por apostilamento.
- 7.12 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124 inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Contrato e seus Anexos.
  - 8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
  - 8.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.

8.1.5 Comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.7 Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

8.1.8 Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1 O CONTRATANTE terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9 Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.

8.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO perante terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.11 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do CONTRATADO e o CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 11.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 11.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 11.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 11.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 11.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 11.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo **FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

12.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

12.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao **FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1 **Advertência**, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2 **Multa administrativa**, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor total do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o valor total do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o valor total do Contrato;

12.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

12.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.3 Impedimento de licitar e contratar**, prevista no art. 156, III, §4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, prevista no art. 156, IV, §5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

12.3.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

12.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 5% do valor do Contrato.

12.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, §1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

12.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;  
b) a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. 156, §6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

12.7 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, na forma do art. 156, §6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei Municipal nº 3.048/2013.

12.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

12.7.2 A defesa prévia do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data da intimação;



b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 12.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

12.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 12.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

12.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR.

12.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Município.

12.11.1 O **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do Município e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12.12 O **CONTRATANTE** deverá remeter para Controladoria Geral do Município – CGM, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói, bem como para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

12.13 Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

12.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

12.13.2 O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem as leis municipais, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria Fiscal deverá ser consultada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licita-

ção ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Para os materiais permanentes: teleprompter, câmera, microfone de mesa, microfone de lapela, kit de iluminação, tripé e webcam:

Fonte de Recursos: 1802.50

Programa de Trabalho: 2182.09.126.0145.6376

Elemento de Despesa: 44.90.52

Nota de Empenho:

Para os materiais de consumo: filtro de linha, abraçadeira organizadora de cabos e fios com presilha, fusível para estabilizador e estabilizador 700VA com entrada bivolt:

Fonte de Recursos: 1802.50

Programa de Trabalho: 2182.09.126.0145.6376

Elemento de Despesa: 33.90.30

Nota de Empenho:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011 e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 74, §1º do Decreto Municipal 14.730/2023.
- 17.1.1. A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.2. O CONTRATANTE deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Niterói para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos de forma amigável, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, 19 de junho de 2026.

---

HEITOR PEREIRA MOREIRA  
Presidente da Niterói Prev

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

**1-**

**2-**





## MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

### AQUISIÇÕES

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

**Autarquia Gestora da Previdência Social do Município de Niterói – NitPrev**

(Processo Administrativo nº 9900178553/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A NITERÓI PREV E  
.....

A Autarquia Gestora da Previdência Social do Município de Niterói – NITERÓI PREV, com sede na Rua da Conceição, nº 195, na cidade de Niterói/Estado do Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.543.098/0001-42, neste ato representado(a) pelo presidente Sr. Heitor Pereira Moreira, portador da Matrícula Funcional nº 640664, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ....., (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 9900178553/2025 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 14.730, de 13 de fevereiro de 2023 e Decreto Municipal nº 588, de 17 de dezembro de 2025, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de aquisição de material de tic, acessórios audiovisuais/apoio e periféricos de uso comum – lote 03, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
|      |               |        |                   |            |                |             |

|           |   |        |         |    |     |     |
|-----------|---|--------|---------|----|-----|-----|
|           |   |        |         |    |     |     |
| <b>21</b> | Mouse USB; Interface USB; mínimo de 2 botões; botão de rolagem; resolução mínima de 800 DPI; Certificados: FCC e CE.  | 457752 | Unidade | 12 | R\$ | R\$ |
| <b>22</b> | Teclado USB padrão ABNT2; Teclado USB padrão brasileiro (ABNT2); Teclas: Mínimo de 105 teclas, incluindo a tecla "Ç" e teclado numérico; Conexão: USB, com suporte para plug & play; Compatibilidade com Windows e Linux, além de outros sistemas operacionais; pés de apoio; comprimento do cabo de no mínimo 100cm; Certificados: FCC e CE. | 451817 | Unidade | 12 | R\$ | R\$ |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3. A Proposta do contratado; que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.5. Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

- 5.1. O valor total do Contrato é de R\$ ..... (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. Os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O CONTRATANTE deverá pagar ao CONTRATADO o valor total de R\$ ....., em parcela única, sendo efetuadas diretamente na conta corrente nº ..... da agência ....., de titularidade do CONTRATADO, junto à instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, observando-se o disposto no item 5.3. deste Contrato.
- 6.2. No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de recusa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.

- 6.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.
- 6.4. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à Niterói Prev, situada na Rua da Conceição nº 195, Centro, no Município de Niterói ou para o endereço eletrônico [compras@nitprev.niteroi.rj.gov.br](mailto:compras@nitprev.niteroi.rj.gov.br)
- 6.5. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:
- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
  - b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação; e
  - c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.5.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.
- 6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.
- 6.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

6.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.2 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

6.10 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo CONTRATADO, ficando vedada a emissão de nota de empenho do CONTRATANTE diretamente aos subcontratados.

6.10.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo CONTRATADO.

6.11 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/05/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1 O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.5.1 Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.
- 7.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:
- a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;
  - b) a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.
- 7.9. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.10 extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.
- 7.11 reajuste será realizado por apostilamento.
- 7.12 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124 inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

- 8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Contrato e seus Anexos.

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.

8.1.5 Comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.7 Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

8.1.8 Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1 O CONTRATANTE terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9 Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.

8.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO perante terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.11 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do CONTRATADO e o CONTRATANTE.



## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com

cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

- 11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo **FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

12.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

12.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao **FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1 **Advertência**, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2 **Multa administrativa**, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor total do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o valor total do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o valor total do Contrato;

12.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

12.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3 **Impedimento de licitar e contratar**, prevista no art. 156, III, §4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

12.2.4 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, prevista no art. 156, IV, §5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

12.3.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

12.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 5% do valor do Contrato.

12.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, §1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

12.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;  
b) a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. 156, §6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

12.7 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, na forma do art. 156, §6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, **subsidiariamente, na Lei Municipal nº 3.048/2013.**

12.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo

prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

12.7.2 A defesa prévia do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** será exercida no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data da intimação;
- b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 12.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

12.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 12.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

12.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



12.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR.

12.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Município.

12.11.1 O **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do Município e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12.12 O **CONTRATANTE** deverá remeter para Controladoria Geral do Município – CGM, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói, bem como para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

12.13 Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.



12.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

12.13.2 O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem as leis municipais, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria Fiscal deverá ser consultada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

- 13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Fonte de Recursos: 1802.50

Programa de Trabalho: 2182.09.126.0145.6376

Elemento de Despesa: 33.90.30

Nota de Empenho:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011 e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 74, §1º do Decreto Municipal 14.730/2023.
- 17.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.2 O CONTRATANTE deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Niterói para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos de forma amigável, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, 19 de junho de 2026.

HEITOR PEREIRA MOREIRA  
Presidente da Niterói Prev

---

Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

*1-*

*2-*

## **ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Processo Administrativo nº 9900178553/2025**

## Aquisição de Material de Tecnologia da Informação e Comunicação e Equipamentos Audiovisuais

Niterói, 16 de abril de 2026

### Histórico de Revisões

| Data       | Versão | Descrição  | Autor                  |
|------------|--------|--|------------------------|
| 26/01/2026 | 1.0    | Finalização da primeira versão do documento  | Leonardo Ribas Cardoso |
| 16/03/2026 | 1.1    | Adequações para atendimento à peça: PROMOÇÃO INSTRUTIVA DE INVIABILIDADE DE ANÁLISE Nº 01/TCBM/SSTD/SEXEC/2026/368 – CGTIC | Leonardo Ribas Cardoso |
| 16/04/2026 | 1.2    | Adequações para atendimento às exigências do CETI/SEXEC.   | Leonardo Ribas Cardoso |

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

### 1. JUSTIFICATIVA

#### 1.1. Definição da necessidade da contratação:

A necessidade desta contratação fundamenta-se na urgência de restaurar a resiliência operacional do parque tecnológico próprio da Niterói Prev e preparar a infraestrutura de transição para a nova sede em 2027. Atualmente, a Autarquia enfrenta riscos de continuidade administrativa devido à obsolescência de seu hardware legado e à falha de componentes vitais de armazenamento e segurança de dados.

#### Origem da necessidade:

- Risco de Perda de Dados: Inatividade do servidor de backup institucional por falha física (queima de fonte ATX), sem componentes de reposição em estoque.
- Obsolescência Crítica: Necessidade de adequação de 10 estações de trabalho doadas, com aproximadamente 10 anos de uso, que operam com hardware defasado (ausência de SSD e memória insuficiente para sistemas modernos).
- Contingência e Expansão: Garantia de disponibilidade de hardware para novos colaboradores, evitando que a expansão do quadro resulte no retorno de gargalos de atendimento já superados pelo modelo de aluguel de máquinas.
- Planejamento de Infraestrutura: Alinhamento técnico com o projeto de cabeamento estruturado e proteção elétrica para a futura sede (2027).

#### Contexto da situação atual (Diagnóstico Técnico):

- **Parque Tecnológico Misto:** A Autarquia utiliza um modelo híbrido. Embora o corpo funcional utilize máquinas locadas desde dezembro de 2025 (o que reduziu drasticamente o volume de chamados de suporte), o patrimônio próprio de 10 computadores encontra-se tecnicamente inoperante para as demandas atuais de processamento.
- **Vulnerabilidade de Backup:** O servidor de dados e backup está desativado por incapacidade de substituição de insumos básicos, expondo a Autarquia a riscos de perda irreparável de informações previdenciárias.
- **Deficiência Elétrica Local:** O prédio e a região da sede enfrentam instabilidades constantes na rede elétrica, resultando em queimas frequentes de fusíveis e necessidade de proteção sacrificial (estabilizadores) para preservar os ativos de TIC.

### **Problemas e impactos caso a necessidade não seja atendida:**

- **Interrupção de Serviços:** Risco iminente de paralisação das atividades de atendimento ao público em caso de falha no servidor de dados principal.
- **Ineficiência Administrativa:** Retorno de filas e lentidão no atendimento previdenciário caso novos servidores sejam alocados em máquinas de 10 anos sem o devido upgrade de hardware.
- **Prejuízo ao Erário:** Degradação acelerada de equipamentos caros por falta de proteção elétrica e insumos de manutenção preventiva (fusíveis/estabilizadores).

### **1.2. Definição dos resultados esperados:**

- **Restabelecimento da Segurança de Dados:** Colocar o servidor de backup em operação imediata mediante a substituição da fonte e atualização de armazenamento.
- **Modernização do Parque Legado:** Elevar o desempenho das 10 máquinas próprias (doadas) ao padrão de usabilidade atual (via SSD e memória RAM), garantindo reserva técnica eficiente para urgências ou novos postos de trabalho.
- **Eficiência e Resiliência Elétrica:** Mitigar danos por picos de energia na sede atual e futura através de proteção por estabilizadores e estoque de insumos (fusíveis) para manutenção corretiva imediata.
- **Prontidão para Nova Sede:** Garantir que 100% dos roteadores e componentes de rede adquiridos estejam integrados ao projeto de cabeamento estruturado da sede de 2027.

### **1.3. Demonstração do alinhamento estratégico da contratação:**

A presente contratação está diretamente alinhada ao projeto estratégico de Melhoria na Infraestrutura e Inovação Tecnológica da Niterói Prev. Ao garantir a contingência do parque tecnológico, a Autarquia assegura a continuidade operacional e a proteção do patrimônio digital do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município.

Esta ação contribui para o cumprimento dos objetivos estratégicos da Autarquia:

#### **Objetivo: Melhoria na Infraestrutura e Inovação Tecnológica**

- Assegura maior capacidade operacional.



- Promove modernização tecnológica.
- Oferece suporte adequado às demandas administrativas e de comunicação institucional.

## 2. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Definição dos requisitos da contratação:

| Requisitos de negócio   | Justificativa  |
|---|--|
| Garantir que os equipamentos atendam às especificações técnicas mínimas definidas | Assegurar aderência às necessidades operacionais e evitar incompatibilidades |
| Fornecer documentação completa (manual, garantia, certificado de conformidade)    | Garantir rastreabilidade, suporte pós-venda e conformidade técnica           |
| Cumprir prazos de entrega estabelecidos no contrato                               | Evitar atrasos que comprometam a mudança de sede e continuidade dos serviços |
| Garantir substituição imediata de itens defeituosos ou não conformes              | Mitigar interrupções e assegurar funcionamento pleno dos equipamentos        |
| Disponibilizar suporte técnico remoto para esclarecimento de dúvidas              | Facilitar implantação e reduzir riscos de uso inadequado                     |

| Requisitos tecnológicos  | Justificativa  |
|--|--|
| Utilização de insumos originais ou homologados pelo fabricante     | Garantir desempenho e evitar falhas prematuras           |
| Atender normas de segurança elétrica, ergonomia e sustentabilidade | Conformidade normativa e responsabilidade socioambiental |

| Outros requisitos   | Justificativa  |
|---|--|
| Solução ambientalmente sustentável com certificações reconhecidas (ex.: ENERGY STAR)          | Reduzir consumo de energia e impacto ambiental                 |
| Embalagem adequada para transporte seguro e descarte conforme normas ambientais               | Evitar danos durante transporte e cumprir legislação ambiental |
| Conformidade com legislação federal (Lei nº 14.133/2021) e municipal (Decreto nº 14.730/2023) | Garantir legalidade e transparência do processo                |

## 2.2. Levantamento da demanda:

A presente demanda contempla a aquisição de equipamentos de TIC e materiais audiovisuais, visando reforçar a resiliência e a capacidade operacional da Niterói Prev.

### **Análise de interdependência com outras contratações:**

A presente aquisição guarda correlação complementar com o Contrato de Locação de Equipamentos. Enquanto o contrato de aluguel supre as necessidades das estações de trabalho dos atuais colaboradores, esta compra foca na:

- Independência Patrimonial: Manutenção de servidores de dados e backup próprios (não inclusos no aluguel).
- Reserva Técnica: Garantia de hardware funcional para expansão imediata de quadro ou falhas catastróficas nas máquinas locadas.
- Estruturação Audiovisual: Itens não contemplados em modelos de locação de micros convencionais, essenciais para a nova estratégia de comunicação institucional.

### **Métodos e técnicas utilizados para estimativa:**

- Inventário Físico: Levantamento das 10 estações de trabalho próprias (doadas) que operam sem tecnologia SSD e com memória RAM insuficiente.
- Diagnóstico de Falhas: Registro de inoperância do servidor de backup por queima de fonte ATX e ausência de componentes de reposição.
- Análise de Infraestrutura Elétrica: Histórico de instabilidade na rede elétrica da região, exigindo proteção sacrificial para os ativos.
- Projeção de Engenharia: Dimensionamento de rede baseado no projeto básico de cabeamento estruturado para a futura sede.
- Análise do número de colaboradores (quadro atual e previsto).
- Planejamento das atividades previstas até 2027 (incluindo mudança de sede).
- Mapeamento de demandas de comunicação institucional.

### **Quantificação dos itens necessários:**

Os itens foram dimensionados considerando:

- **20 Estabilizadores 700VA** - para manutenção da infraestrutura elétrica da nova sede
- **12 SSD 480GB** - para atualização de capacidade de armazenamento
- **2 Fontes ATX 550W** - para redundância de componentes críticos
- **2 Fontes ATX 240W** - para redundância de componentes críticos
- **12 Módulos de Memória de 4GB** - para ampliação de capacidade de processamento
- **20 Módulos de Memória de 8GB** - para ampliação de capacidade de processamento
- **100 Fusíveis para estabilizador** - insumo consumível para manutenção preventiva
- **1 Testador de Cabos RJ45/RJ11** - ferramenta essencial para suporte técnico
- **300 Abraçadeiras organizadoras 15cm** - insumo para infraestrutura de cabeamento
- **8 Tablets** - para mobilidade operacional
- **3 Notebooks** - para equipes administrativas e técnicas
- **12 Mouses USB** - periféricos para postos de trabalho

- **12 Teclados ABNT2** - periféricos para postos de trabalho
- **5 Roteadores** - para infraestrutura de rede distribuída
- **3 Filtros de linha** - proteção de equipamentos críticos
- **1 Teleprompter profissional** - suporte para gravações institucionais
- **1 Câmera fotográfica e de vídeo** - produção de conteúdo audiovisual
- **2 Microfones lapela** - equipamento de áudio para produções
- **1 Microfone de mesa** - equipamento de áudio para produções
- **1 Kit de iluminação** - equipamento para estúdio de gravação
- **1 Tripé reforçado** - suporte para equipamentos audiovisuais
- **30 Webcams** - para videoconferências e comunicação remota

### Síntese da demanda:

A demanda total abrange grupos de itens divididos em duas categorias principais:

1. Infraestrutura de TIC: componentes essenciais para manutenção e expansão do parque tecnológico.
2. Equipamentos Audiovisuais: recursos para comunicação institucional e produção de conteúdo.

### Justificativa de quantidade:

Todas as quantidades foram estabelecidas com base em diagnóstico técnico rigoroso, considerando a correlação entre número de colaboradores, postos de trabalho, necessidades operacionais e demandas institucionais de comunicação, garantindo que a contratação seja proporcional e equilibrada.

| Item                     | Quantidade | Memória de Cálculo / Justificativa Técnica  |
|--------------------------|------------|---|
| SSD 480GB                | 12         | 10 unidades para upgrade imediato das máquinas legadas (1 por PC) + 02 unidades para estoque de contingência/reposição rápida.  |
| Módulos de Memória       | 32         | Destinados à expansão da capacidade de processamento das 10 máquinas legadas e do servidor de backup, visando suporte a sistemas operacionais atuais (12 x 4GB e 20 x 8GB). |
| Fontes ATX (550W/240W)   | 04         | 02 unidades para reparo imediato do servidor de backup (atualmente inativo) + 02 unidades para reserva técnica de manutenção corretiva.                                     |
| Fusíveis (Estabilizador) | 100        | Projeção de consumo para 20 estabilizadores (5 fusíveis/ano por equipamento), justificada pela alta incidência de surtos elétricos na localidade da sede atual e futura.    |

|                               |     |   |
|-------------------------------|-----|---|
| Testador de Cabos RJ45/RJ11   | 01  | Ferramenta compartilhada pela equipe TI para testes/certificação de rede e telefonia em toda autarquia.   |
| Abraçadeira organizadora 15cm | 300 | Organização de cabos em nova sede (80 pontos × 3 unidades) + 60 reservas/manutenções atual.   |
| Roteadores                    | 05  | Quantitativo estritamente vinculado aos pontos de distribuição previstos no projeto de rede sem fio para a nova sede em 2027.   |
| Filtros de linha              | 03  | Proteção em 3 pontos críticos: sala servidores, atendimento e produção audiovisual.   |
| Tablets / Notebooks           | 11  | Destinados à mobilidade das equipes técnicas e administrativas em vistorias externas e regimes de plantão (8 tablets e 3 notebooks).  |
| Periféricos (Mouse / Teclado) | 12  | 10 kits para as máquinas legadas modernizadas + 02 kits de reserva para substituição em postos de atendimento ao público.   |
| Webcams                       | 30  | Dimensionadas para equipar postos de trabalho que realizam atendimento remoto ou presencial, bem como videoconferências institucionais.   |
| Teleprompter                  | 1   | Serão utilizados para gravação de vídeos e campanhas informativas e institucionais pelo presidente da autarquia (ou outro servidor designado/indicado por ele). Portanto, considerando que tais equipamentos não se destinam ao uso comum ou generalizado pelos demais servidores da autarquia, não se verifica a necessidade de aquisição em maior quantidade, sendo suficiente a disponibilização de uma unidade para atender às demandas institucionais previstas. O único item que não apresenta quantitativo unitário é o microfone de lapela, cuja previsão de aquisição corresponde a 2 (duas) unidades, considerando que o equipamento será utilizado, entre outras finalidades institucionais, na realização de entrevistas e na captação de áudio em gravações com colaboradores e convidados externos. |
| Microfone de mesa             | 1   |   |
| Microfone lapela              | 2   |   |
| Kit de iluminação             | 1   |   |
| Tripé reforçado               | 1   |   |
| Câmera fotográfica e de vídeo | 1   |   |

| Item                                 | Requisitos mínimos   |
|--------------------------------------|--|
| SSD 480GB                            | Entrada 2.5" SATA Rev. 3.0 (6Gb/s); Certificados: FCC e CE   |
| Módulos de Memória                   | Frequência: 1600MHz; Formato DIMM; Certificados: CE e FCC  |
| Fontes ATX (550W/240W)               | AC INPUT 100V ~ 240V; Certificação: 80 Plus GOLD, Certificado CE   |
| Fusíveis (Estabilizador)             | Fusível de vidro 10 Amperes; 110V 220V   |
| Aparelho Testador de Cabos RJ45/RJ11 | Conectores RJ45 e RJ11 no próprio aparelho (sem adaptadores extras obrigatórios); Fonte simples de alimentação, normalmente bateria 9 V comum, e indicador de bateria fraca; Módulo remoto destacável ou base + remoto para testar cabos montados entre pontos distantes; Suporte a cabos UTP/STP e categorias usuais  |
| Abraçadeira organizadora 15cm        | Material resistente (nylon 6/6.6 ou velcro reforçado) com boa resistência a tração, vibração e temperatura ambiente típica de escritório/CTI; Ser capaz de amarrar cabos de alimentação, rede, USB e periféricos sem cortar ou danificar o isolamento.   |
| Roteadores                           | Padrões IEEE 802.11ac/n/a 5 GHz e IEEE 802.11n/b/g 2.4 GHz; Velocidade de WiFi mínima: 5 GHz: 433 Mbps (802.11ac) e 2.4 GHz: 300 Mbps (802.11n); WiFi Dual-Band; Modos de Operação: roteador, modo de ponto de acesso e modo extensor de alcance; segurança de rede: SPI Firewall, Access Control, IP & MAC Binding, Application Layer Gateway   |
| Filtros de linha                     | Com 2 metros de extensão; 4 Tomadas de 3 pinos; Presença de fusível; Certificados: FCC e CE.   |
| Tablets                              | Selo de homologação da ANATEL; Tela com tamanho mínimo: 10" polegadas; Resolução: WUXGA+ (1920 x 1200) ou superior; Brilho: Visível sob luz solar (ideal para uso externo); Proteção: Gorilla Glass ou equivalente contra arranhões e quedas; Processador: Octa-core (mínimo 2.0 GHz); Memória RAM: 4 GB (mínimo); Armazenamento: 64 GB, expansível via microSD até 512 GB; Bateria com capacidade mínima de 6.000 mAh e autonomia de 10 a 15 horas de uso contínuo; Sistema Operacional Android; Conectividade Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac; Bluetooth: 5.0 ou superior; Rede móvel: 4G e/ou 5G.<br>Case e caneta compatíveis com o tablet, que sejam do mesmo fabricante ou homologados. |
| Notebook                             | Processador: arquitetura de 64 bits com suporte a virtualização e segurança baseada em hardware, mínimo de 8 núcleos físicos, frequência base de pelo menos 2.0 GHz, cache L3 de pelo menos 12 MB; Memória RAM 8 GB DDR4   |

|                   |   |
|-------------------|---|
|                   | <p>expansível até 32 GB; Armazenamento mínimo: SSD de 480 GB com interface M.2 com velocidade recomendada: Leitura de 500 MB/s e escrita de 700 MB/s; Tela tamanho: 14" ou 15.6" polegadas com resolução Full HD; Conectividade - Portas: Pelo menos 3 USB (incluindo 2 USB 3.0), HDMI, RJ-45 (rede cabeada), leitor de cartões SD; Rede sem fio: Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac e Bluetooth 4.0 ou superior; Segurança e gerenciamento</p> <p>Recomendado: TPM (Trusted Platform Module), BIOS com proteção; Sistema Operacional Windows 11 Pro; Bateria e construção: autonomia de no mínimo de 6 horas de uso contínuo; Construção: Estrutura resistente, teclado padrão ABNT2 e webcam com HDR para videoconferências.</p> |
| Mouse USB         | Interface USB; mínimo de 2 botões; botão de rolagem; resolução mínima de 800 DPI; Certificados: FCC e CE.   |
| Teclado USB       | Teclado USB padrão brasileiro (ABNT2); Teclas: Mínimo de 105 teclas, incluindo a tecla "Ç" e teclado numérico; Conexão: USB, com suporte para plug & play; Compatibilidade com Windows e Linux, além de outros sistemas operacionais; pés de apoio; comprimento do cabo de no mínimo 100cm; Certificados: FCC e CE.   |
| Webcams           | Webcams com microfone embutido, hd (1080p) /30fps no mínimo; tecnologia do sensor fotográfico CMOS.   |
| Teleprompter      | Vidro semirrefletivo (beam splitter) com área útil igual ou superior a 19 polegadas, com ajuste de inclinação; monitor LED/LCD de 18,5 polegadas, com entrada HDMI; estrutura com pintura eletrostática, dotada de base estabilizadora e sistema de elevação/ajuste de altura para câmera, devendo os componentes apresentarem compatibilidade dimensional entre si, de modo a garantir a plena visualização do conteúdo refletido.   |
| Microfone de mesa | Microfone do tipo condensador USB de alta qualidade. Padrão polar: cardioide. Resposta de frequência: 20 Hz a 20 kHz.   |
| Microfone lapela  | Microfone lapela sem fio de alta qualidade. Conversão digital de alta resolução: 48 kHz/ 24 bits, garantindo captura detalhada e fiel de cada nuance do som. Resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz. Padrão polar: omnidirecional. Relação sinal-ruído (SNR): 65-70 dB. Nível máximo de pressão sonora (SPL): 120 dB SPL.   |
| Kit de iluminação | Kit de iluminação duplo softbox 50x70cm com tripé para filmagens e fotos.   |

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| Tripé reforçado               | Tripé reforçado - para estabilização da câmera e celular; pernas ajustáveis em 3 ou 4 seções e um eixo central de ajuste livre.   |
| Câmera fotográfica e de vídeo | Câmera fotográfica e de vídeo profissional com capacidade alta resolução, gravação em 4K e conexão direta a computador – para vídeos e fotos institucionais, de eventos e reuniões. Tamanho da tela 3 polegadas LCD, resolução de imagem da câmera 24,2 Mpx; bateria Íon-lítio; sensor óptico do tipo CMOS. |

### 2.3. Pesquisa de mercado e análise comparativa das soluções:

Para identificar as soluções disponíveis no mercado capazes de atender à necessidade identificada, foi realizada pesquisa abrangente considerando diferentes formas de resolução do problema, conforme determina o Decreto Municipal nº 14.730/2023.

#### Soluções analisadas:

- **Solução A:** Aquisição de equipamentos e insumos novos, completos
- **Solução B:** Manutenção da infraestrutura tecnológica atual com reparos corretivos
- **Solução C:** Locação de equipamentos e insumos por período determinado

#### Fontes de pesquisa

A pesquisa de mercado foi conduzida utilizando quatro parâmetros de pesquisa, conforme Art. 4, inciso II-V, do Decreto Municipal nº 14.730/2023:

| Parâmetro     | Fonte de Pesquisa  | Aplicação   |
|---------------|--|---|
| Parâmetro I   | Consulta a preços publicados em mídia especializada      | Plataformas de e-commerce: Magazine Luiza, Amazon, Kabum, Shopee, Mercado Livre |
| Parâmetro II  | Contratações similares feitas pela Administração Pública | Referência de contratações municipais, estaduais e federais                     |
| Parâmetro III | Pesquisa direta com fornecedores                         | Empresas registradas no Cadastro de Fornecedores (CNPJ verificado)              |
| Parâmetro IV  | Pesquisa em bancos de preços públicos ou privados        | Relatórios e históricos de contratações públicas                                |

**Data-base adotada:** Dezembro/2025 a Janeiro/2026



## Análise comparativa de requisitos:

| Requisitos  | Solução A | Solução B     | Solução C           |
|---|-----------|---------------|---------------------|
| <b>Requisitos de Negócio</b>                              |           |               |                     |
| Garantir continuidade operacional durante mudança de sede | Atende    | Não atende    | Atende parcialmente |
| Suportar ampliação do quadro de servidores                | Atende    | Não atende    | Atende parcialmente |
| Assegurar resiliência dos serviços                        | Atende    | Não atende    | Não atende          |
| Modernizar infraestrutura tecnológica                     | Atende    | Não atende    | Não atende          |
| Fortalecer comunicação institucional                      | Atende    | Não atende    | Não atende          |
| <b>Requisitos Tecnológicos</b>                            |           |               |                     |
| Equipamentos novos, sem remanufatura                      | Atende    | Não aplicável | Não atende          |
| Compatibilidade com infraestrutura existente              | Atende    | Atende        | Atende              |
| Drivers e softwares compatíveis                           | Atende    | Atende        | Atende parcialmente |
| Conformidade com normas técnicas de segurança             | Atende    | Não atende    | Atende              |
| <b>Outros Requisitos</b>                                  |           |               |                     |
| Sustentabilidade ambiental (ENERGY STAR)                  | Atende    | Não aplicável | Atende              |
| Conformidade com Lei nº 14.133/2021                       | Atende    | Atende        | Atende              |
| Conformidade com Decreto Municipal nº 14.730/2023         | Atende    | Atende        | Atende              |
| Propriedade dos ativos                                    | Atende    | Não aplicável | Não atende          |
| Autonomia operacional permanente                          | Atende    | Não aplicável | Não atende          |

## SOLUÇÃO A:

| Despesas da solução        | Ano 01               | Ano 02              | Ano 03              | Ano 04              | Ano 05              |
|----------------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Aquisição de bens/serviços | R\$ 67.383,68        |                     |                     |                     |                     |
| Manutenção                 | R\$ 2.500,00         | R\$ 2.500,00        | R\$ 2.500,00        | R\$ 2.500,00        | R\$ 2.500,00        |
| Insumos para funcionamento | R\$ 1.000,00         | R\$ 1.000,00        | R\$ 1.000,00        | R\$ 1.000,00        | R\$ 1.000,00        |
| Adequação do ambiente      | R\$ 3.000,00         |                     |                     |                     |                     |
| Treinamento do pessoal     | R\$ 2.000,00         |                     |                     |                     |                     |
| <b>Valor Total</b>         | <b>R\$ 75.883,68</b> | <b>R\$ 3.500,00</b> | <b>R\$ 3.500,00</b> | <b>R\$ 3.500,00</b> | <b>R\$ 3.500,00</b> |

TOTAL SOLUÇÃO A (5 anos): R\$ 89.883,68

### SOLUÇÃO B:

| Despesas da solução          | Ano 01               | Ano 02               | Ano 03               | Ano 04               | Ano 05               |
|------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Manutenção Corretiva         | R\$ 3.000            | R\$ 5.000            | R\$ 8.000            | R\$ 12.000           | R\$ 15.000           |
| Insumos para reposição       | R\$ 1.500,00         | R\$ 2.000,00         | R\$ 3.000,00         | R\$ 4.000,00         | R\$ 5.000,00         |
| Perdas por indisponibilidade | R\$ 15.000,00        | R\$ 23.000,00        | R\$ 32.000,00        | R\$ 35.000,00        | R\$ 50.000,00        |
| <b>Valor Total</b>           | <b>R\$ 19.500,00</b> | <b>R\$ 30.000,00</b> | <b>R\$ 43.000,00</b> | <b>R\$ 51.000,00</b> | <b>R\$ 70.000,00</b> |

TOTAL SOLUÇÃO B (5 anos): R\$ 213.500,00

### SOLUÇÃO C:

| Despesas da solução     | Ano 01               | Ano 02               | Ano 03               | Ano 04               | Ano 05               |
|-------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Locação de equipamentos | R\$ 48.240,00        | R\$ 48.240,00        | R\$ 48.240,00        | R\$ 48.240,00        | R\$ 48.240,00        |
| Adequação inicial       | R\$ 2.000,00         |                      |                      |                      |                      |
| Insumos complementares  | R\$ 500,00           | R\$ 500,00           | R\$ 500,00           | R\$ 500,00           | R\$ 500,00           |
| <b>Valor Total</b>      | <b>R\$ 50.740,00</b> | <b>R\$ 48.740,00</b> | <b>R\$ 48.740,00</b> | <b>R\$ 48.740,00</b> | <b>R\$ 48.740,00</b> |

TOTAL SOLUÇÃO C (5 anos): R\$ 244.740,00 (sem propriedade de ativos, com custo permanente)

### COMPARAÇÃO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE DAS SOLUÇÕES:

| Custo anual   | Solução A            | Solução B             | Solução N...          |
|---------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Ano 01</b> | R\$ 75.883,68        | R\$ 19.500,00         | R\$ 50.740,00         |
| <b>Ano 02</b> | R\$ 3.500,00         | R\$ 30.000,00         | R\$ 48.740,00         |
| <b>Ano 03</b> | R\$ 3.500,00         | R\$ 43.000,00         | R\$ 48.740,00         |
| <b>Ano 04</b> | R\$ 3.500,00         | R\$ 51.000,00         | R\$ 48.740,00         |
| <b>Ano 05</b> | R\$ 3.500,00         | R\$ 70.000,00         | R\$ 48.740,00         |
| <b>TOTAL</b>  | <b>R\$ 89.883,68</b> | <b>R\$ 213.500,00</b> | <b>R\$ 244.740,00</b> |

A Solução C (Locação), embora apresente custos iniciais aparentemente menores no Ano 1, mostra-se inadequada quando considerado o horizonte de 5 anos:

- **Custo total:** R\$ 244.740,00 (2,7x maior que Solução A)
- **Limitações:** Sem propriedade de ativos, impossibilidade de customização, dependência contratual permanente
- **Risco:** Ausência de garantia de continuidade operacional após término da locação

A **Solução B (Manutenção Atual)** perpetua os problemas atuais:

- **Custo total:** R\$ 213.500,00 (2,4x maior que Solução A)
- **Déficit de eficácia:** Não atende aos objetivos estratégicos
- **Ineficiência operacional:** Custos crescentes sem acúmulo de patrimônio ou melhoria real

A **Solução A (Aquisição Direta)** oferece melhor relação custo-benefício:

- **Custo total:** R\$ 89.883,68 (menor entre as três)
- **Economia vs Solução B:** R\$ 123.616,32 (57,9% de economia)
- **Economia vs Solução C:** R\$ 154.856,32 (63,3% de economia)
- **Benefícios adicionais:** Patrimônio permanente, autonomia operacional, possibilidade de customizações futuras.

### Fontes de Pesquisa por Solução

As seguintes fontes foram consultadas para embasar os custos estimados e progressão de despesas da Solução B:

| Fonte   | Constatação  |
|---|--|
| CompuWorks (2025) - Estudo técnico de manutenção        | Manutenção corretiva custa 3 a 5 vezes mais que preventiva                     |
| FSRental.com.br (2026) - Análise de tecnologia obsoleta | Equipamentos obsoletos exigem reparos frequentes; peças difíceis de encontrar. |
| Skar.com.br (2024) - Impacto de obsolescência em TI     | Custos de manutenção aumentam 15-25% ao ano em equipamentos com +5 anos.       |
| Almaq.com.br - Riscos em órgãos públicos                | Falta de peças originárias torna reparos extremamente caros.                   |
| Pesquisa ABNT e NBR 5419                                | Equipamentos sem manutenção preventiva têm taxa de falha crescente.            |

As seguintes fontes foram consultadas para embasar os valores de locação mensal utilizados no cálculo da Solução C:

| Fonte                                   | Oferta   |
|---|--|
| AllUgg.com.br (2024)                    | Notebook entrada a partir de R\$ 169/mês; Tablet R\$ 100-150/mês; Desktop/Estabilizador R\$ 260-400/mês. |
| TecMobile.com.br (2025)                 | Notebook entrada R\$ 169/mês a R\$ 250/mês; pacotes corporativos com suporte técnico incluído.           |
| TopLocadoraDeComputadores.com.br (2024) | Acer Aspire 3 (i3) a R\$ 275/mês; Acer Aspire 5 (i5) a R\$ 325-350/mês.                                  |

## 2.4. Escolha e justificativa da solução escolhida:

### Análise de Eficácia, Eficiência e Efetividade

**EFICÁCIA** – Capacidade de atingir os resultados esperados de forma geral:

- **Solução A: ALTA** – Atende plenamente aos 5 (cinco) objetivos estratégicos de modernização, resiliência operacional, ampliação de capacidade e fortalecimento da

comunicação institucional. Possibilita implementação completa da estratégia de contingência para a mudança de sede. Taxa de eficácia: **100%**

- **Solução B: BAIXA** – Apenas adia os problemas, não atende aos objetivos estratégicos da Autarquia. Compromete a continuidade operacional durante a mudança de sede. Taxa de eficácia: **~25%** (apenas mantém operações atuais)
- **Solução C: MÉDIA** – Atende parcialmente aos requisitos de funcionalidade (3 de 5 objetivos), mas não confere propriedade dos ativos, impossibilitando adequações e customizações estratégicas. Taxa de eficácia: **~60%**

**EFICIÊNCIA** – Alcance dos resultados esperados considerando menores custos, menor tempo e menor esforço:

- **Solução A: EXCELENTE** – Custo total de R\$ 89.883,68 (5 anos) representa eficiência superior entre as três. Gera economia de R\$ 123.616,32 vs. Solução B (57,9% de redução). Proporciona patrimônio permanente. Tempo de implantação: 45 dias. **Índice de eficiência: 1,0 (referência)**
- **Solução B: PÉSSIMA** – Custos crescentes sem resultado estratégico. Impacto: R\$ 213.500,00 (5 anos). Elevado esforço recorrente em reparos corretivos sem retorno. Tempo de resolução: contínuo e ineficaz. **Índice de eficiência: 2,4x pior que Solução A**
- **Solução C: DEFICIENTE** – Custo total de R\$ 244.740,00 (5 anos). Custos recorrentes indefinidos. Sem acúmulo de patrimônio. **Índice de eficiência: 2,7x pior que Solução A**

**EFETIVIDADE** – Atendimento à necessidade e impacto na realidade social/institucional:

- **Solução A: ALTA** – Garante continuidade dos serviços prestados à população durante mudança de sede, moderniza infraestrutura de RPPS, permite transição segura e resiliente, fortifica imagem institucional como órgão inovador, habilita produção de conteúdo audiovisual para comunicação pública assertiva
- **Solução B: NULA** – Perpetua ineficiência crônica, compromete atendimento ao público nos períodos críticos, inviabiliza ações estratégicas de modernização, impacta negativamente a imagem institucional, impossibilita mudança de sede com segurança operacional
- **Solução C: MÉDIA** – Resolve problemas imediatos, mas deixa a Niterói Prev dependente de fornecedor externo indefinidamente, sem propriedade de ativos estratégicos, sem autonomia técnica consolidada

### **Justificativa da Solução Escolhida**

**SOLUÇÃO ESCOLHIDA: Aquisição de equipamentos e insumos novos (Solução A)**

### **Justificativas Fundamentadas:**

1. **Eficácia Superior Comprovada:** A Solução A é a única capaz de atender completamente aos 5 (cinco) objetivos estratégicos da Niterói Prev (100% de eficácia vs. 25% da Solução B e 60% da Solução C). Prepara adequadamente a infraestrutura

tecnológica para a mudança de sede, ampliação do quadro de servidores e modernização institucional.

**2. Melhor Custo-Benefício em Horizonte de 5 Anos:** Com investimento total de R\$ 89.883,68, proporciona:

- Economia de R\$ 123.616,32 (57,9%) em relação à Solução B
- Economia de R\$ 154.856,32 (63,3%) em relação à Solução C
- Acúmulo de patrimônio permanente (R\$ 67.383,68 em ativos)
- Autonomia operacional sem custos recorrentes indefinidos

**3. Viabilidade Técnica Comprovada: Baseado em pesquisa de preços oficial** (Mapa de Cotação):

- Todos os equipamentos disponíveis no mercado brasileiro
- Especificações técnicas consolidadas e testadas
- Compatibilidade verificada com infraestrutura existente (Windows, Linux, ABNT2)
- Suporte técnico garantido por fabricantes renomados (Kingston, TS Shara, etc.)

**4. Viabilidade Econômica Confirmada:**

- Dentro da capacidade orçamentária da Autarquia
- Possibilidade de parcelamento em 3 lotes para otimizar fluxo de caixa
- Cumprimento de prazos sem comprometer execução orçamentária

**5. Continuidade Operacional Garantida:** Propriedade dos ativos elimina riscos de descontinuidade, permite customizações futuras conforme estratégia institucional, assegura autonomia técnica permanente da Niterói Prev

**6. Alinhamento Normativo Confirmado:**

- Conformidade com Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)
- Conformidade com Decreto Municipal nº 14.730/2023 (Pesquisa de Preços)
- Pesquisa de mercado seguindo 4 parâmetros de cotação oficiais
- Garantia de legalidade, transparência e vantajosidade

**Valor de Investimento Inicial:** R\$ 67.383,68

**Custo Total de Propriedade (5 anos):** R\$ 89.883,68

**Economia em relação às alternativas:**

- vs. Solução B: **R\$ 123.616,32 de economia**
- vs. Solução C: **R\$ 154.856,32 de economia**

**Parcelamento do Objeto**

A Solução A admite parcelamento em **3 lotes estratégicos**, conforme análise dos requisitos e avaliação econômica, com critério de adjudicação por **menor preço por lote**:

| Lote          | Descrição                                    | Valor Estimado       | Justificativa   |
|---------------|--|----------------------|---|
| <b>Lote 1</b> | Materiais e equipamentos de tic              | R\$ 33.730,82        | Integram o presente processo os seguintes materiais e equipamentos de TIC: Unidades de armazenamento SSD, fontes de alimentação, memórias, aparelho e localizadores/testadores de cabos, tablets, notebooks e roteadores, destinados ao aprimoramento e à adequada operação do parque tecnológico da autarquia.   |
| <b>Lote 2</b> | Equipamentos e acessórios audiovisuais/apoio | R\$ 32.130,19        | Integram o presente conjunto os equipamentos tripé, webcams, câmera fotográfica e de vídeo, teleprompter, microfones, kit de iluminação, filtro de linha, abraçadeiras, estabilizadores e fusíveis destinados ao suporte operacional da infraestrutura de TIC, bem como à produção audiovisual e à execução de campanhas informativas e institucionais. |
| <b>Lote 3</b> | Periféricos de uso comum                     | R\$ 1.522,67         | Compreendem tais periféricos os dispositivos mouse e teclado, destinados à utilização integrada aos notebooks, tablets e computadores da autarquia, em apoio às atividades administrativas.   |
| <b>TOTAL</b>  |  | <b>R\$ 67.383,68</b> |   |

## 2.5. Providências para adequação do ambiente operacional:

O ambiente operacional da Niterói Prev já conta com **sala de servidores dedicada**, climatização exclusiva com dois aparelhos de ar-condicionado independentes e acesso restrito pelo departamento de TI, garantindo condições adequadas aos equipamentos críticos. Os novos

estabilizadores previstos reforçarão a proteção diante de picos e eventuais interrupções de energia observados no prédio atual, e o projeto da nova sede contemplará circuitos dedicados e infraestrutura elétrica compatível com a carga futura.

O cabeamento de rede da sede atual foi implantado de forma mais orgânica, com uso pontual de switches de mesa, e há áreas onde a capacidade deve ser priorizada em função da criticidade das atividades, motivo pelo qual o projeto da nova sede prevê cabeamento estruturado e dimensionamento adequado de pontos de rede. Os usuários já utilizam Windows 11, com servidores em Windows Server e Linux, e há servidor de backup necessitando apenas de substituição de fonte, o que será alinhado à implantação dos novos equipamentos.

A equipe de TI é composta por cinco servidores, a manutenção hoje é predominantemente reativa e o inventário de TIC já é mantido atualizado em planilhas, contexto em que será formalizado um cronograma simples de manutenção preventiva aproveitando essa base. A comunicação institucional já utiliza recursos audiovisuais básicos e possui alguma experiência prática, o que facilita a adoção da câmera, microfones, iluminação e teleprompter, mediante capacitação objetiva.

A nova sede possui endereço definido, mudança prevista para agosto de 2027 e projeto básico de infraestrutura em elaboração, de modo que a instalação dos novos equipamentos será integrada ao cronograma de obras e à estratégia de transição, com testes prévios de rede e energia para preservar a continuidade dos serviços.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na aquisição integrada de equipamentos de TIC e de audiovisual, organizada em três lotes: materiais e equipamentos de TIC (fontes, memórias, SSDs, tablets, notebooks, roteadores, aparelho localizador e testador de cabo), equipamentos e acessórios audiovisuais/apoio (tripé reforçado, webcam, câmera fotográfica e de vídeo, teleprompter, microfones, kit de iluminação, filtro de linha, abraçadeira, estabilizadores e fusíveis) e periféricos de uso comum (mouse e teclado). Esses bens compõem um parque tecnológico capaz de suportar a ampliação do quadro de servidores, a mudança de sede e o fortalecimento da comunicação institucional, garantindo maior estabilidade operacional e melhor qualidade de atendimento ao público. O custo total estimado de propriedade da solução em cinco anos é de R\$ 89.883,68, considerando aquisição, insumos, manutenção básica e ações pontuais de adequação e treinamento.

### 4. PLANO DE SUSTENTAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Para garantir a independência da Niterói Prev e a longevidade da solução, o plano de sustentação foca na autonomia da equipe interna e na responsabilidade socioambiental.

#### 4.1. Sustentação Operacional e Manutenção

- **Equipe Técnica:** A sustentação será realizada pelos servidores da Divisão de TI, que já possuem conhecimento do ambiente.
- **Transferência de Conhecimento:** O edital preverá que o fornecedor entregue manuais técnicos e realize uma capacitação objetiva para a equipe de TI e de comunicação.
- **Manutenção Preventiva:** Será formalizado um cronograma de manutenção preventiva, utilizando o inventário atualizado para monitorar a vida útil dos componentes (especialmente SSDs e fontes).



- **Segurança da Informação:** Os equipamentos deverão ser compatíveis com as políticas de atualização de firmware e segurança do Município (Windows 11 e Microsoft 365), garantindo a proteção contra vulnerabilidades.

## 4.2. Sustentabilidade Ambiental e Descarte

- **Eficiência Energética:** Serão priorizados equipamentos com certificações de baixo consumo (como ENERGY STAR), visando reduzir o impacto ambiental e os custos operacionais.
- **Logística Reversa e Descarte:** Os componentes substituídos (HDs mecânicos, memórias obsoletas e fontes queimadas) e as embalagens serão destinados à CLIN (Companhia de Limpeza de Niterói).
- **Parceria Institucional:** A Niterói Prev mantém contato direto com a CLIN para assegurar que o descarte de resíduos eletrônicos siga rigorosamente as normas ambientais municipais, evitando danos ao ecossistema local.

## 5. ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

### 5.1. Classificação dos Itens (Decreto Municipal nº 588/2025)

Em observância ao Decreto Municipal nº 588/2025, que estabelece as regras para contratações de TIC no Município de Niterói, os itens desta demanda foram classificados conforme sua natureza técnica:

| ITEM           | JUSTIFICATIVA (conforme decreto nº 588/2025) | DEFINIÇÃO (conforme decreto nº 588/2025)  |
|----------------|--|---|
| <b>TIC</b>     |  |   |
| SSD 480GB      | ANEXO; 1.1.; a)                              | São considerados recursos de tecnologia da informação e comunicação - TIC os equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação de informações. |
| Fonte ATX 550W | ANEXO; 1.1.; a)                              | São considerados recursos de tecnologia da informação e comunicação - TIC os equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação de informações. |
| Fonte ATX 240W | ANEXO; 1.1.; a)                              | São considerados recursos de tecnologia da informação e comunicação - TIC os equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação de informações. |
| Memória 4GB    | ANEXO; 1.1.; a)                              | São considerados recursos de tecnologia da informação e comunicação - TIC os equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação,  |



|   |                 |   |
|---|-----------------|---|
|   |                 | transmissão, recuperação ou apresentação de informações.  |
| Memória 8GB                                       | ANEXO; 1.1.; a) | São considerados recursos de tecnologia da informação e comunicação - TIC os equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação de informações. |
| Aparelho localizador e testador de cabo RJ45 RJ11 | ANEXO; 1.1.; a) | São considerados recursos de tecnologia da informação e comunicação - TIC os equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação de informações. |
| Tablet  | ANEXO; 1.1.; a) | São considerados recursos de tecnologia da informação e comunicação - TIC os equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação de informações. |
| Notebook  | ANEXO; 1.1.; a) | São considerados recursos de tecnologia da informação e comunicação - TIC os equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação de informações. |
| Roteador  | ANEXO; 1.1.; a) | São considerados recursos de tecnologia da informação e comunicação - TIC os equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação de informações. |
| <b>Não-TIC</b>                                    |                 |   |
| Abraçadeira                                       | ANEXO; 1.1.; b) | Material acessório de uso geral. *  |
| Mouse USB   | ANEXO; 1.1.; b) | Periféricos de uso comum, como mouses, teclados e caixas de som.  |
| Teclado USB                                       | ANEXO; 1.1.; b) | Periféricos de uso comum, como mouses, teclados e caixas de som.  |
| Filtro de linha                                   | ANEXO; 1.1.; b) | Dispositivo de proteção elétrica. *   |
| Teleprompter                                      | ANEXO; 1.1.; b) | Equipamentos de projeção e imagem, como projetores, televisores em geral, câmeras fotográficas e webcams adquiridas isoladamente.   |
| Câmera fotográfica e de vídeo                     | ANEXO; 1.1.; b) | Equipamentos de projeção e imagem, como projetores, televisores em geral, câmeras fotográficas e webcams adquiridas isoladamente.   |
| Microfone de mesa                                 | ANEXO; 1.1.; b) | Equipamento de captação de áudio utilizado em produção audiovisual. *   |
| Microfone lapela                                  | ANEXO; 1.1.; b) |   |

|                   |                 |   |
|-------------------|-----------------|---|
|                   |                 | Equipamento de captação de áudio utilizado em produção audiovisual. *   |
| Kit de iluminação | ANEXO; 1.1.; b) | Equipamento utilizado em produção audiovisual. *  |
| Tripé reforçado   | ANEXO; 1.1.; b) | Acessório de suporte para equipamentos de projeção e imagem. *  |
| Webcam            | ANEXO; 1.1.; b) | Equipamentos de projeção e imagem, como projetores, televisores em geral, câmeras fotográficas e webcams adquiridas isoladamente. |
| Estabilizador     | ANEXO; 1.1.; b) | Dispositivo de proteção elétrica. *   |
| Fusível           | ANEXO; 1.1.; b) | Dispositivo de proteção elétrica. *   |

\* O Decreto nº 588/2025 estabelece a definição de materiais de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), bem como indica itens expressamente excluídos dessa classificação. Contudo, verifica-se que abraçadeira, filtro de linha, teleprompter, microfone de mesa e de lapela, kit de iluminação e tripé reforçado não constam explicitamente em nenhuma dessas categorias. Assim, considerando a natureza e a finalidade desses equipamentos, que não se caracterizam como recursos típicos de TIC, concluiu-se por sua classificação como materiais não pertencentes à categoria de TIC.

## 5.2. Justificativa de vantajosidade da contratação conjunta

A presente contratação contempla itens classificados como TIC e itens classificados como não-TIC, os quais, embora possuam naturezas distintas segundo o decreto nº588/2025, integram o mesmo conjunto de recursos tecnológicos utilizados no ambiente administrativo da instituição.

A realização da contratação em um único processo licitatório mostra-se vantajosa por três razões principais. Em primeiro lugar, evita-se o **fracionamento indevido de despesas**, uma vez que a abertura de processos distintos para aquisição de bens com destinação comum, natureza próxima e utilização complementar poderia caracterizar a divisão artificial de uma mesma necessidade administrativa. O planejamento da contratação deve considerar a unidade da demanda e a complementaridade entre os itens, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, consignado, entre outros, no Acórdão 1070/2019 - Plenário do TCU (reforça que a Administração pode promover o agrupamento de itens correlatos, desde que preservada a competitividade, especialmente mediante a divisão do objeto em lotes, possibilitando a participação de fornecedores especializados em partes específicas da contratação).

Em segundo lugar, a condução de um único processo evita **descompasso temporal na disponibilização dos itens**, situação que poderia ocorrer caso as aquisições fossem realizadas em procedimentos separados. Equipamentos eletrônicos como tablet, notebook e roteador dependem da utilização de dispositivos de proteção elétrica, como filtros de linha e estabilizadores, para seu adequado funcionamento e maior durabilidade. Caso tais itens fossem contratados em processos distintos, poderia ocorrer a disponibilização dos equipamentos sem os respectivos dispositivos de proteção, aumentando o risco de danos aos equipamentos e prejuízos ao funcionamento das atividades administrativas.

Por fim, a contratação conjunta evita a necessidade de **múltiplos processos licitatórios**, reduzindo custos e tempo de tramitação administrativa, uma vez que etapas como planejamento

da contratação, elaboração de documentos técnicos, análise jurídica, publicação e julgamento seriam repetidas em cada procedimento. A realização de um único certame, com divisão do objeto em lotes temáticos, permite racionalizar a gestão administrativa e preservar a competitividade entre fornecedores especializados em cada grupo de itens.

Dessa forma, a modelagem adotada mostra-se mais eficiente e alinhada às boas práticas de planejamento das contratações públicas, assegurando racionalidade administrativa, economicidade e adequada gestão dos recursos públicos.

### **5.3. Justificativa de integração de uso**

Apesar da presente contratação contemplar itens classificados como TIC e itens classificados como não-TIC, observa-se a existência de interdependência funcional, estrutural e tecnológica entre eles, uma vez que diversos equipamentos são utilizados de forma conjunta para viabilizar atividades institucionais.

Como exemplo, o tablet (TIC) poderá ser utilizado em conjunto com o tripé reforçado (não-TIC) para gravação de vídeos institucionais, produção de conteúdos informativos e registro de eventos promovidos pela instituição, garantindo estabilidade e melhor qualidade de imagem durante as gravações.

De forma semelhante, webcams, câmeras fotográficas e de vídeo e microfones (não-TIC) são utilizados em conjunto com notebooks e tablets (TIC) para realização de videoconferências, transmissões institucionais, gravação de conteúdos audiovisuais e reuniões virtuais.

Além disso, filtros de linha e estabilizadores (não-TIC) possuem função primordial na proteção dos equipamentos eletrônicos contra oscilações e quedas bruscas de energia elétrica, sendo utilizados durante o funcionamento ou carregamento de notebooks, tablets, roteadores (TIC) e demais equipamentos eletrônicos empregados nas atividades administrativas.

Verifica-se, portanto, que os itens classificados como não-TIC atuam como suporte operacional e estrutural aos equipamentos de TIC, sendo frequentemente utilizados de forma integrada no ambiente de trabalho, o que justifica sua contratação no mesmo processo administrativo.

### **5.4. Medidas para evitar restrição à competitividade**

Considerando que o objeto da contratação contempla materiais classificados como Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), bem como equipamentos e acessórios de natureza audiovisual e periféricos de uso comum, serão adotadas medidas destinadas a evitar eventual restrição indevida à competitividade no certame.

Para tanto, o procedimento licitatório será estruturado em lotes distintos, conforme divisão proposta pelo CETI, observando a natureza dos itens e a similaridade do mercado fornecedor, nos seguintes termos: **LOTE 01 – Materiais e equipamentos de TIC; LOTE 02 – Equipamentos e acessórios audiovisuais/apoio; e LOTE 03 – Periféricos de uso comum.**

Adicionalmente, será assegurada a possibilidade de participação dos licitantes em um ou mais lotes, sem limitação quanto à quantidade de lotes disputados, permitindo que empresas especializadas em diferentes segmentos apresentem propostas apenas para os itens compatíveis com sua área de atuação, ou, caso possuam capacidade técnica e comercial, concorram simultaneamente em múltiplos lotes.

Tais medidas visam ampliar o universo de potenciais participantes e evitar a imposição de fornecimento conjunto de itens de naturezas distintas, promovendo maior competitividade no certame, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021 e com o entendimento do Tribunal de Contas da União quanto à adoção do parcelamento do objeto como instrumento de ampliação da concorrência.

### **5.5. Avaliação e habilitação por grupos no edital/termo de referência**

A avaliação e habilitação das propostas será realizada por empresa vencedora de cada lote, sendo permitido que a mesma empresa concorra e eventualmente seja adjudicada em múltiplos lotes, sem que isso implique qualquer restrição procedimental. Para cada fornecedor vencedor, será conduzida análise documental integral, abrangendo:

- Qualificação técnica;
- Habilitação jurídica;
- Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- Qualificação econômico-financeira;

conforme disposto nas cláusulas 8.4 a 8.32 do Termo de Referência e ratificado no Edital (cláusula 7 – Fase de Habilitação).

Esse procedimento assegura que cada fornecedor vencedor demonstre capacidade efetiva de execução integral do objeto do lote, garantindo atendimento aos requisitos mínimos de fornecimento, qualidade, conformidade normativa e operacionalidade previstos no certame.

Os critérios e procedimentos de habilitação e avaliação são explicitamente delineados tanto no Termo de Referência quanto no Edital, garantindo uniformidade, clareza, formalidade e segurança jurídica em todas as etapas do processo licitatório.

### **5.6. Alinhamento com o Planejamento Estratégico**

|  |
|--|
| <b>Identificar se a demanda consta do Plano de Contratações Anual 2026: Sim.</b> |
|--|

**ID PCA no PNCP:** 28543098000142-0-000001/2026.

**ID do item no PCA:** 71.

**Valor disponível e identificação no PCA para atender essa demanda, se for o caso:**  
250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

#### Alinhamento ao Plano Estratégico Niterói Que Queremos 2013-2033 (NQQ)

**Área de Resultado:** Niterói Eficiente e Comprometida

**Projeto Estruturador:** Gestão Integrada e Moderna

**Objetivo:** Aprimorar a infraestrutura tecnológica da Administração Pública, promovendo maior eficiência, transparência e celeridade nos processos internos e no atendimento ao cidadão.

☐ **NÃO** **Justifique:**

#### Alinhamento à Estratégia de Governo Digital 2023-2033 (EGD)

**Princípio:** Governo Eficiente e Inteligente

**Objetivo:** O.EGD4

**Resultado-chave:** Modernizar a estrutura de tecnologia com equipamentos e redes de qualidade.

☐ **NÃO** **Justifique:**

#### Previsão no Plano Diretor Geral de Tecnologia da Informação 2024-2025 (PDGTIC)

**Objetivo Específico:** Proporcionar uma infraestrutura moderna e eficiente aliada à sustentabilidade.

**Categoria da Necessidade:** N13

**Iniciativa:** (X) **SIM. QUAL?** I4.3- Contratações direcionadas à modernização seguindo o trâmite de contratação de TIC.

☐ **NÃO. JUSTIFIQUE:**

## 6. ANÁLISE DE RISCO

A análise de riscos foi aprofundada para cobrir aspectos técnicos, financeiros e de segurança da informação, conforme as diretrizes do Decreto nº 588/2025.

### 6.1. Mapa de Riscos Detalhado

| ID | Risco | Probabilidade | Impacto | Tratamento |
|----|-------|---------------|---------|------------|
|----|-------|---------------|---------|------------|

|     |   |       |       |  |
|-----|---|-------|-------|--|
| R01 | Atraso na entrega dos equipamentos de material de TIC e audiovisual.    | Baixo | Médio | Acionar fornecedor para priorização da entrega ou substituição por produto equivalente disponível em estoque.              |
| R02 | Aquisição de equipamentos incompatíveis com a infraestrutura existente. | Baixo | Alto  | Inspeção da infraestrutura para atender às necessidades.   |
| R03 | Não conformidade com as especificações técnicas.                        | Baixo | Médio | Solicitação de substituição dos equipamentos fora das especificações pelo fornecedor, de acordo com os termos contratuais. |
| R04 | Indisponibilidade temporária de serviços durante a mudança de sede.     | Médio | Médio | Priorização dos serviços essenciais e adoção de medidas temporárias para manutenção do atendimento.                        |

## 6.2. Justificativa para Exclusão de Pessoas Físicas (PF)



Em conformidade com o Art. 32, inciso XIII do Decreto nº 14.730/2023, a Niterói Prev veda a participação de pessoas físicas neste certame pelos seguintes motivos:


- **Garantia e Suporte Pós-Venda:** A natureza dos itens (servidores de backup e infraestrutura de rede) exige uma estrutura de assistência técnica que profissionais autônomos, em regra, não conseguem prover com a capilaridade necessária.
- **Responsabilidade Técnica:** A complexidade da integração dos equipamentos audiovisuais e de TIC requer solidez jurídica e operacional para responder por eventuais vícios ocultos ou danos ao patrimônio público.
- **Continuidade do Negócio:** O fornecimento por pessoa jurídica oferece maior segurança quanto à emissão de notas fiscais de garantia e substituição de itens em larga escala (ex: os 100 fusíveis e 32 módulos de memória).


## 7. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base na necessidade apresentada, nos requisitos de negócio e tecnológicos, na pesquisa de mercado e na análise comparativa das soluções, conclui-se que a contratação proposta é **viável e necessária** para garantir a continuidade e a modernização das operações da Niterói Prev. A aquisição dos equipamentos de TIC e dos materiais audiovisuais permitirá preparar a infraestrutura tecnológica para a mudança de sede e para o aumento do quadro de servidores, assegurar resiliência operacional e fortalecer a comunicação institucional, em consonância com os objetivos estratégicos da Autarquia. Os riscos associados foram identificados e tratados de forma compatível com a política de gestão de riscos, a relação custo-benefício é favorável em

horizonte de cinco anos e não há óbice técnico ou administrativo ao prosseguimento do certame, razão pela qual se recomenda a elaboração do Termo de Referência com base neste Estudo Técnico Preliminar e o encaminhamento ao setor competente para continuidade do processo licitatório.

| INTEGRANTE TÉCNICO   | INTEGRANTE REQUISITANTE   |
|--|---|
| <div data-bbox="300 508 660 645">  <p>Assinado digitalmente por:<br/> <b>LEONARDO RIBAS CARDOSO</b><br/>           ***.380.247-**<br/>           Data: 16/04/2026 16:44</p> </div> <hr/> <p>Leonardo Ribas Cardoso<br/>           Analista de Sistemas<br/>           Divisão de Tec. da Informação</p> <p><b>Matrícula: 640705</b></p> | <div data-bbox="895 508 1256 645">  <p>Assinado digitalmente por:<br/> <b>Gabriel Willians Souza dos Santos</b><br/>           ***.928.797-**<br/>           Data: 16/04/2026 16:44</p> </div> <hr/> <p>Gabriel Willians Souza dos Santos<br/>           Técnico Previdenciário<br/>           Depto. de Compras</p> <p><b>Matrícula: 640712</b></p> |

| AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC  |
|---|
| <div data-bbox="611 1043 971 1180">  <p>Assinado digitalmente por:<br/> <b>Daniel Gomes Cabral Filho</b><br/>           ***.045.447-**<br/>           Data: 16/04/2026 16:46</p> </div> <hr/> <p>Daniel Gomes Cabral Filho<br/>           Chefe da Divisão de Tec. da Informação</p> <p><b>Matrícula: 640622</b></p> |

| AUTORIDADE MÁXIMA DA AUTARQUIA  |
|---|
| <div data-bbox="611 1550 971 1686">  <p>Assinado digitalmente por:<br/> <b>HEITOR PEREIRA MOREIRA</b><br/>           ***.141.071-**<br/>           Data: 30/04/2026 16:16</p> </div> <hr/> <p>Heitor Pereira Moreira<br/>           Presidente da Niterói Prev</p> <p><b>Matrícula: 640664</b></p> |



## ANEXO I

| Pergunta  | Sim | Não | Obs: |
|---|-----|-----|------|
| 1. Há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente?  | X   |     |      |
| 2. No caso de contratação que possa ultrapassar o exercício, há perspectiva de provimento de recursos ao longo desses exercícios?   | X   |     |      |
| 3. A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada?  | X   |     |      |
| 4. O alinhamento da contratação com os instrumentos de planejamento está demonstrado?   | X   |     |      |
| 5. Todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados?  | X   |     |      |
| 6. As quantidades de itens a contratar estão coerentes com a demanda prevista?  | X   |     |      |
| 7. A análise de mercado foi adequadamente realizada e demonstrou atender a necessidade de negócio?  | X   |     |      |
| 8. A escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada?   | X   |     |      |
| 9. As estimativas preliminares dos preços estão documentadas adequadamente?   | X   |     |      |
| 10. A solução de TI a contratar está devidamente descrita, incluindo todos os elementos necessários para alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação? | X   |     |      |
| 11. Há justificativas para o parcelamento ou não da solução, bem como para a forma de parcelamento, se for o caso?  | X   |     |      |
| 12. Os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos, em termos de eficácia, eficiência e efetividade?  | X   |     |      |
| 13. Os impactos esperados com a implantação da solução foram identificados e as providências para adequar o ambiente do órgão foram planejadas e são consideradas viáveis?          | X   |     |      |
| 14. Os riscos foram adequadamente levantados e há previsão de tratamento?   | X   |     |      |
| 15. A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável?   | X   |     |      |
| 16. Há evidências de que a área requisitante se comprometeu com o planejamento e há expectativa de que apoiará a construção do termo de referência e a gestão do contrato?          | X   |     |      |

## **ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

## ANEXO IV – Documentos exigidos para Habilitação

### Habilitação jurídica

**8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.12. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

**8.13. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física;

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

8.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.23.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.23.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.23.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## ANEXO V – ORÇAMENTO ESTIMADO



## **ANEXO VI – MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**



ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO N°. /2026

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL E/OU ESTADUAL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE: ESTADO:

TELEFONE:

E-MAIL:

| LOTE 01 |        |           |     |        |                |             |
|---------|--------|-----------|-----|--------|----------------|-------------|
| ITEM    | CATMAT | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1       |        |           |     |        |                |             |
| 2       |        |           |     |        |                |             |
| 3       |        |           |     |        |                |             |
| 4       |        |           |     |        |                |             |
| 5       |        |           |     |        |                |             |
| 6       |        |           |     |        |                |             |
| 7       |        |           |     |        |                |             |
| 8       |        |           |     |        |                |             |
| 9       |        |           |     |        |                |             |
| LOTE 02 |        |           |     |        |                |             |
| 10      |        |           |     |        |                |             |

Assinado eletronicamente por HEITOR PEREIRA MOREIRA.  
 Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/621131d2-227a-47cd-b01d-e5f5915d9c94>.



|                     |  |  |  |  |  |  |
|---------------------|--|--|--|--|--|--|
| 11                  |  |  |  |  |  |  |
| 12                  |  |  |  |  |  |  |
| 13                  |  |  |  |  |  |  |
| 14                  |  |  |  |  |  |  |
| 15                  |  |  |  |  |  |  |
| 16                  |  |  |  |  |  |  |
| 17                  |  |  |  |  |  |  |
| 18                  |  |  |  |  |  |  |
| 19                  |  |  |  |  |  |  |
| 20                  |  |  |  |  |  |  |
| LOTE 03             |  |  |  |  |  |  |
| 21                  |  |  |  |  |  |  |
| 22                  |  |  |  |  |  |  |
| VALOR TOTAL DO ITEM |  |  |  |  |  |  |

( ) Optante pelo Simples Nacional

( ) Não Optante pelo Simples Nacional

Dados Bancários:

**DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência do Objeto deste Edital.**

**DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.**

**Essa proposta tem validade de 90 (noventa) dias.**

Niterói, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinado eletronicamente por:

\* HEITOR PEREIRA MOREIRA (\*\*\*.141.071-\*\*)

em 23/06/2026 12:23:33 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/621131d2-227a-47cd-b01d-e5f5915d9c94>

